

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**ROSEANE RODRIGUES SIQUEIRA**

**PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES À REALIDADE ESCOLAR NOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL : Influência da colheita  
do açaí na Ilha do Combu, Belém-PA**

**Taubaté/SP**

**2010**

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES À REALIDADE ESCOLAR NOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL : Influência da colheita  
do açaí na Ilha do Combu, Belém-PA**

ROSEANE RODRIGUES SIQUEIRA

Licenciada em Pedagogia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simey Thury Vieira Fisch

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté, para obtenção do título de Mestre Em Ciências Ambientais.

Área de Concentração: Ciências Ambiental.

Taubaté-SP

2010



## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Iraneide Rodrigues Costa e Renato Cardoso Costa que são fundamentais na minha vida e na minha formação. Obrigada, por vocês terem me deixado existir, me dando valores e não me deixando perder de foco a humildade. Amo vocês.

À minha mãe, a “maravilhosa” pelas orações e desprendimento das coisas materiais para nossa formação.

Aos meus irmãos, cunhada e sobrinhos: Renato Costa (*in memoriam*), Reneide Ramos, “maninha”, modo carinhoso que chamo desde pequena, Rodolfo Costa, meus irmãos que sempre torceram por mim. A minha cunhada Rosângela Costa que muitas vezes foi mãe dos meus filhos quando me vi ausente. A Dhiego e Renata, meus primeiros sobrinhos e meus grandes amores que ajudei a criar. Raissa Ayme, Sarah, Kamila e Ingrid Lorena, minhas sobrinhas que fazem parte da minha história e que desenharam toda a felicidade do mundo.

À Fátima, Kiko, tia e amiga que sempre torceu pelo meu sucesso e nunca se opôs me ajudar nas doenças, saúde, alegria e tristeza.

À minhas razões de viver João Renato e Maria Luiza, meus filhos, essas graças divinas que recebi de Deus.

A meu companheiro e marido Siqueira Junior, pelo amor e apoio nessa caminhada que percorri, sem a sua paciência teria sido mais difícil concluir este trabalho.

À Universidade Vale do Acaraú, que trouxe o mestrado PPGCA de Taubaté/SP, meu eterno agradecimento pela oportunidade de estudar.

Às minhas Coordenadoras da Universidade Vale do Acaraú, Prof<sup>ª</sup>. Msc. Cassilda Martyres, Prof<sup>ª</sup>. Msc. Socorro Fernandes, Prof<sup>ª</sup>. Msc. Marilda Muniz e Prof<sup>ª</sup>. Eunice Rego, que torceram por mim acreditando no meu trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela fé e determinação que me impulsiona todos os dias para que eu possa seguir nessa caminhada com sabedoria e humildade.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Simey Thury Vieira Fisch pela sua dedicação, apoio, respeito e por acreditar que poderia chegar ao fim dessa jornada, pelas palavras de apoio, broncas quando queria fraquejar e pelas informações que viraram conhecimento e se transformaram em saber para construção deste trabalho.

As Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Walderez Moreira de Joaquim e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Hermínia Yohko Kanamura que aceitaram fazer parte da minha história, com suas contribuições meu muito obrigada!!!

A Prof<sup>a</sup>. Maria de Jesus Robim, que fez parte da qualificação e me deu varias contribuições sábias.

Aos meus Professores do programa PPGCA que me ajudaram a me apaixonar por essa área do conhecimento que antes era pouco discutida por mim.

As minhas amigas que sofreram comigo e acreditaram no meu sucesso Teresa Coqueiro, Giovana Pantoja e Ana Silvia do Oliveira.

A Prof<sup>a</sup>. Msc. Elen Lisboa “amadinha”, amiga que me dá incentivo e força

A minha amiga-irmã Cacilene Tavares que sempre me falou palavras de força para terminar essa batalha.

A Carmen, diretora da Escola-sede, Silvio Nascimento, as Coordenadoras e professores das Unidades Pedagógicas que nunca sonegaram informações a respeito da pesquisa.

A Secretaria Municipal de Educação-SEMEC desde 2008, que não se negou em abrir as portas para que eu pudesse contribuir com a melhoria do ensino por meio da pesquisa.

A meu padrinho e amigo Msc. Expedito Galvão que contribuiu para o meu crescimento mandando artigos e livros sobre sua área de conhecimento, agronomia e abrindo portas na Embrapa/PA, meu eterno agradecimento.

A Embrapa/ PA por ter fornecido dados para a pesquisa em nome da Dr<sup>a</sup>. Nilza Pacheco, Dr<sup>a</sup>. Socorro Oliveira e Dr. Oscar Nogueira que contribuíram para construção do meu referencial teórico.

Ao Dr. Mário Jardim que me forneceu um embasamento teórico fundamental para construção da pesquisa por meio das leituras dos seus artigos e livros.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES À REALIDADE ESCOLAR NOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Influência da colheita do açaí na Ilha do  
Combu, Belém-PA

Autora: Roseane Rodrigues Siqueira

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simey Thury Vieira Fisch

## RESUMO

A presente pesquisa teve como foco a colheita do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e suas implicações na escolaridade de crianças ribeirinhas da Ilha do Combu, Município de Belém/PA. Nesse contexto objetivou-se analisar a diretriz curricular e os motivos que levam a evasão e retenção escolar, a fim discutir ações que venham minimizar estes problemas nas Unidades Pedagógicas da Ilha do Combu. Os estudos foram baseados em análises documentais da Escola Sede (Escola Municipal de Ensino Fundamental Silvio Nascimento), da Secretária Municipal de Educação - SEMEC e questionários aplicados a professores das escolas citadas. Os resultados apontaram que o açaí não é o maior causador da saída das crianças da escola. Durante a pesquisa apareceram outros entraves como: currículo escolar voltado para uma realidade urbana, doenças causadas pela falta de saneamento básica, falta de adequação ao currículo escolar a sazonalidade. Sendo assim, constatou-se que a educação ribeirinha apresenta um conteúdo pontual e alheio à realidade socioambiental que a comunidade se encontra. Portanto, é preciso que seja elaborado um currículo escolar voltado para a valorização do saber local, despertando uma releitura de mundo de novos sujeitos e saberes, a fim de preservar o meio ambiente e discutir a sua sustentabilidade.

Palavras-Chave: açaizeiro, educação ambiental, populações insulares, repetência e abandono escolar



TEACHERS PERCEPTION TO SCHOOL REALITY IN THE EARLY YEARS IN  
ELEMENTARY SCHOOL: the influence of harvesting of açai fruit in Combu Island,  
Belém-PA, Brazil

Author: Roseane Rodrigues Siqueira

Adviser: Profa. Dra. Simey Thury Vieira Fisch

**ABSTRACT**

The following research focused on the harvesting of açai fruit (*Euterpe oleracea* Mart.) and its implications on riverine children scholary of Combu Island, City of Belém/PA, Brazil. In this context it was aimed to analyze the curriculum guideline and the reasons which lead to evasion and school retention, to discuss actions able to minimize these problems in Combu Island Pedagogical Units. The studies were based on documental analysis of Sede School (Elementary District School Silvio Nascimento), from Education City Office – SEMEC and questionnaires applied to teachers from the referred schools. The results showed açai fruit is not the main cause for children's departure. During the search some trouble showed up such as: a curriculum turned to urban reality, diseases caused by poor sanitation, inadequacy of school curriculum to seasonality. Thus, it was found that the riverine education presents a specific and unrelated purport to community's socio-environmental truth. Therefore, it is important to prepare a curriculum that values local knowledge, awakening a world of new subjects and learning rereading aiming to preserve the environment and discuss the sustainability.

**Key-words:** Açazeiro. Environmental education. Island population. Children failing the year and dropping out school.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Eventos fenológicos e atividades econômicas na Ilha do Combu, Belém/PA  
(Adaptado de Jardim e Anderson, 1987) 22

Tabela 2: Distribuição do número de alunos, professores, técnicos pedagógicos e localização das escolas em estudo em 2009 40

Tabela 3: Temperatura (T, °C) e Precipitação (Pp, mm) mensal dos anos de 2007, 2008 e 2009. Os meses em **negrito** correspondem aos meses mais quentes e mais secos (safra do açaí). Meses sublinhados correspondem ao período chuvoso (entressafra do açaí) 42

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa de Localização Geográfica das Unidades Pedagógicas (UP Combu, UP São Benedito e UP Santo Antônio), na Ilha do Combu, Estado do Pará (Modificado do googleearth) 36
- Figura 2: Escola Silvio Nascimento e Unidades Pedagógicas estudadas na Ilha do Combu, Belém/PA: a-Escola-Sede; b-UP Combu; c-UP São Benedito; d-UP Santo Antônio 38
- Figura 3: Pedagógicas estudadas na Ilha do Combu, Belém/PA, dos anos de 2007, 2008 e 2009: a) UP Combu; b) UP Santo Antônio; UP São Benedito 44
- Figura 4: Unidades Pedagógicas: a-Combu: sala do Carapanã – fechada; b-Santo Antônio: sala de aula com tela movel; c-São Benedito: sala de aula aberta - Belém/PA 45

## LISTA DE SIGLAS

APA- Área de Preservação Ambiental

DAOUT- Distrito Administrativo do Outeiro

PP- Projeto Pedagógico

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SEMEC- Secretária Municipal de Educação

UP- Unidade Pedagógica

EA- Educação Ambiental

HP- Hora Pedagógica

## SUMÁRIO

### RESUMO

### ABSTRACT

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>17</b>
	1.1.1 Geral.....	17
	1.1.2 Específicos.....	17
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>18</b>
	<b>2.1 O açaizeiro.....</b>	<b>18</b>
	2.1.1 Aspectos Botânicos.....	18
	2.1.2 Habitat e Ocorrência.....	18
	2.1.3 Sazonalidade e Colheita de frutos.....	19
	2.1.4 Fenologia do açaí.....	21
	<b>2.2 Relações econômicas.....</b>	<b>22</b>
	<b>2.3 Relações Sociais e a colheita do açaí.....</b>	<b>24</b>
	<b>2.4 Evasão e retenção escolar .....</b>	<b>26</b>
	<b>2.5 Educação Ambiental.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>35</b>
	<b>3.1 Local do Estudo.....</b>	<b>35</b>
	3.1.1 Escolas em Estudo .....	37
	<b>3.2 População em Estudo e Procedimentos .....</b>	<b>39</b>
	3.3 Questionários .....	39
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>40</b>
	<b>4.1 Distribuição do número de alunos, professores, técnicos pedagógicos e localização das escolas em estudo. ....</b>	<b>40</b>
	<b>4.2 Questionário-Categoria Docente .....</b>	<b>40</b>
	<b>4.3 Questionário-Categoria Coordenação pedagógica.....</b>	<b>54</b>

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
6	CONCLUSÃO.....	66
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

**ANEXO I**

**ANEXO II**

**ANEXO III**

## 1 INTRODUÇÃO

O extrativismo florestal proporciona uma grande parcela no incremento econômico da região Amazônica. Entre os produtos originários da floresta nativa, que são economicamente importantes para a região, destacam-se: o cacau (*Theobroma cacao* L.), a seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Mull. Arg.), a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), a madeira e o açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.)

A área do estuário do rio Amazonas é de 2,5 milhões de hectares. O Estado do Pará possui a maior parte dessa área coberta, com grande concentração de açazeiros, os quais vêm se destacando por seu impacto positivo na economia local, pela exploração extrativista do seu palmito e da bebida açai.

No Município de Belém, o açai é o produto do extrativismo vegetal de maior importância para o mercado paraense, fazendo parte da tradicional dieta alimentar do povo urbano e principalmente dos ribeirinhos, sendo atualmente produto de exportação para outros estados e países.

O aumento do consumo do suco de açai tem apresentado variações tanto no mercado local, como no externo. Parte dessa variação deve-se ao sistema de produção dos ribeirinhos, que antes era voltado para a subsistência das suas famílias e passou a ser fonte de renda suplementar.

A Ilha do Combu, localizada no estuário do Amazonas, é um componente do Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT), pertencente ao Município de Belém, que se transformou em Área de Proteção Ambiental (APA), por meio da lei nº 6083, de 13 de novembro de 1997, que regulariza tanto o manejo do açazal, como o funcionamento da área. Dessa forma, pode receber incentivos legais e apoio financeiro governamental, com a finalidade de resguardar coerentemente os recursos naturais, impedindo a degradação ambiental, especialmente quanto à derrubada do açazeiro para comércio do palmito .

A comunidade ribeirinha na ilha do Combu vive do extrativismo vegetal, sendo cerca de 80% do açai e completam sua renda mensal com outros produtos, como cacau e seringueira, no período da entressafra do açai. Os habitantes da ilha vivem

em povoados às margens dos igarapés, braços estreitos de rios ou canais, de furos que são pequenos canais estreitos que desembocam no mar e dos rios que cortam esta ilha.

Na Ilha do Combu são oferecidos, ao aluno ribeirinho, os anos iniciais do Ensino Fundamental (ciclo I - alfabetização, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries, e ciclos II - 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries). A relação sociohistórica e ambiental característica da região insular de Belém, refletida nas particularidades da população ribeirinha, têm como consequência problemas educacionais peculiares, ou seja, abandono escolar e repetências. Essas duas situações representam um peso significativo na decisão de continuar ou não os estudos, fazendo com que aconteça distorção série - idade, podendo-se observar, nas salas de aulas multicitadas, a disparidade do tamanho de uma criança para outra, de idades e de idéias afins, em decorrência das faixas etárias.

Portanto, a compreensão dos fatores culturais, educacionais e socioambientais, são fundamentais para contextualizar o problema educacional dos ribeirinhos. É necessário entendê-los a partir de seus múltiplos contextos, pois os ribeirinhos da APA da ilha do Combu convivem com espaço tanto urbano (em Belém), quanto rural (nas ilhas), devido ao comércio dos produtos do extrativismo facilitado pela proximidade desses espaços.

Enfim, entre os fatores que levam à evasão escolar e retenção dos alunos ribeirinhos, destacam-se: a colheita do açaí, a estrutura familiar, as políticas de governo, o desemprego ou subemprego, a desnutrição, as doenças endêmicas, além da inadequação do currículo urbano à realidade ribeirinha.



## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Geral:**

O presente estudo objetivou analisar a percepção dos professores sobre a diretriz curricular e as implicações que levam a evasão e a retenção escolar, a fim discutir ações que venham minimizar estes problemas nas Unidades Pedagógicas da Ilha do Combu.

### **1.1.2. Específicos:**

- Apresentar informações acerca da evasão escolar, mediante a análise das frequências escolares em relação a safra do açaí.
- Identificar por meio da análise do discurso dos professores, as propostas socioeducativas relacionadas a conservação e preservação do meio ambiente.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 O açaizeiro

#### 2.1.1 Aspectos Botânicos

O açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma palmeira originária da Amazônia, conhecida como açaí, açaí-do-pará, açaí do baixo-amazonas, açaí-de-touceira, açaí-de-planta, açaí-da-várzea, juçara, juçara de touceira e açaí-verdadeiro, sendo conhecida como a mais importante espécie do gênero *Euterpe*. É classificada botanicamente como pertencente à divisão Magnoliophyta (= Angiospermae), (classe Liliopsida Principes), família Arecaeae (= Palmae), estando inserida no gênero *Euterpe* (OLIVEIRA et al., 2002).

As palmeiras, com diferentes nomes populares, são consideradas pela ciência como etnovarietades e recebem várias denominações pela população das áreas onde os tipos ocorrem. Nogueira et al., (1995) apontaram ainda variações morfológicas das palmeiras quanto à coloração dos frutos na maturidade, quantidade de perfilhos na touceira, pelo tamanho e peso dos cachos e frutos, pela ramificação do cacho, ou pela coloração e consistência da bebida.

A área geográfica pesquisada como Combu apresenta palmeiras que perfilham, por ter o solo constituído de terra preta e areia, e por conterem fundamento básico para análises biológicas. Oliveira et al. (2002) em estudos com *E. Oleracea* constataram que a terra preta promoveu a melhor germinação devido ao alto grau de umidade para o desenvolvimento do embrião e da porosidade para fixação do sistema radicular.

#### 2.1.2 Habitat e ocorrência

No Estado do Pará, a produção do açaizeiro efetiva-se em diferentes municípios e tipos climáticos, desenvolvendo-se em temperaturas superiores a 18°C, pois temperaturas menores que a citada comprometem o desenvolvimento da planta, devido às sementes não tolerarem baixas temperaturas, ocasionando comprometimento da sua viabilidade (NOGUEIRA et al., 1995).

A radiação solar se faz necessária tanto para a produção dos frutos, que ocorre nos períodos de junho a novembro, como para a qualidade dos mesmos, sendo um dos principais fatores para o sucesso do cultivo (OLIVEIRA et al., 2002).

### 2.1.3 Sazonalidade e colheita de frutos

O açazeiro apresenta um ciclo longo, sobrevive em dois ciclos sazonais distintos, na Região Amazônica. Se cultivado corretamente, o florescimento pode ocorrer em um período curto. O ciclo reprodutivo, floração e frutificação, acontecem o ano inteiro, o aumento de produção das flores e dos frutos ocorre no período das chuvas e na época de menos chuva, incide o ciclo reprodutivo, porém com menor incidência (OLIVEIRA et al., 2002).

A colheita dos cachos do açazeiro é feita 180 dias após a fecundação das flores. Nesse momento, os frutos têm coloração roxo-escuro ou verde-escuro, de acordo com a especificidade da fruta, sendo cobertos por um involúcro esbranquiçado, apresentando uma aparência opaca aos frutos (JARDIM & ANDERSON, 1987).

A colheita do fruto do açazeiro é realizada por escaladores experientes, que atravessam de um estipe para outro, com uma única touceira, sem descer no solo. Esses escaladores pegam três a cinco cachos de uma só vez, e suportam carregar até 15 kg, perfazendo uma jornada de trabalho de seis horas diárias (ROGEZ, 2000). As crianças participam dessa colheita principalmente debulhando os cachos colhidos, porém também escalam e coletam cachos.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Amazônia Oriental (Embrapa), vem testando um equipamento para a colheita de cachos de pupunheira (*Bactris gasipaes* Kunth.), que poderá vir a ser utilizado para captação do açazeiro. Esse aparelho consiste de uma vara de alumínio, com seis metros de comprimento, e que apresenta uma lâmina para o corte, um recipiente para o recebimento do cacho e uma roldana que permite a descida e a subida do recipiente, em uma das extremidades (NOGUEIRA et al., 1995).

A polpa do açaí é muito perecível, pois quando retirado do fruto fermenta com rapidez, em decorrência da temperatura elevada nas áreas de cultivo e de comercialização (EDER & PESSOA, 2008).

Os frutos necessitam de cuidados especiais no período da captação, a fim de impedir que entrem em contato com o chão para diminuir a contágio por microrganismos, especialmente em solos de várzea (OLIVEIRA et al., 2002).

Na década de 1990, a polpa esfriada de açaí começou a ser revendida em outras regiões do Brasil. A Região Norte, mais especificamente o Pará é o fundamental produtor e consumidor do mercado de açaí, onde o consumo excede 180.000t por ano, isto é, 93% da produção nacional (SILVA & SILVA, 2006).

O açaí origina vários produtos (artesanato, cosméticos, polpa, palmito, madeiras, entre outros), que são apresentados em feiras internacionais na Europa e na América do Norte, aguçando o interesse do público, em geral, propiciando melhores condições econômicas (LOPES et al., 2006).

Oliveira et al.,(2002) abordam que o açaizeiro, como fonte de corante natural para a indústria alimentícia, vem ganhando atenção especial, visto que há uma proibição de corantes sintéticos, que podem levar a consequências cancerígenas.

Os frutos do açaí são empregados na aquisição da bebida cognominada de açaí, um suco de consistência grossa, alcançado por retirada mecânica (em máquinas despoldadoras) ou manual. Essa bebida é conseguida com o acrescentamento de água no momento do processamento dos frutos, destinado tanto ao próprio consumo, como para comercialização (JARDIM & KAGEYAMA, 1999).

O privilégio exclusivo do fruto do açaí não mais se restringe ao sustento das famílias ribeirinhas, estendendo-se a outros horizontes geográficos, estimulando a ampliação do produto e, por conseguinte, aumentando seu valor comercial (TELES & MATHIS, 2008).

O plantio ordenado ainda é remoto, porém vem acordando os agricultores e grupos empresariais, quanto a perspectivas prósperas dos mercados internos e externos (OLIVEIRA et al., 2002).

Nogueira et al., (1995), relatam que nos anos setenta, o palmito que circulava no mercado brasileiro era proveniente da Mata Atlântica mas, com a exaustão das reservas litorâneas, as indústrias que cultivam esse produto enveredaram para a região Amazônica.

Um caso trivial de extrativismo e manejo sustentado acontece nas matas de várzea do estuário amazônico, nas quais a palmeira açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é

uma das espécies mais abundante e economicamente promissora (EDER & PESSOA, 2008)

De acordo com Rogez (2000) e Lopes et al., (2006), a palmeira açai é contemplada pelos que dela fazem uso em todos seus itens: raízes, estipes, folhas, inflorescência e frutos. Entre estes, destacam-se dois produtos comercializados: os frutos e o palmito. Os 95% de palmito produzido no estado do Pará, que é o principal fabricante nacional, é designado ao mercado externo, pois não há costume de consumo na região norte.

O palmito é produzido por diferentes espécies de palmeira no Brasil, retirado cortando-se o estipe. Em espécies com estipes únicas, quando cortada, a palmeira morre, constatando-se a quase aniquilação de populações nativas de *Euterpe edulis* Mart., no Sul e Sudeste do Brasil (NOGUEIRA et al., 1995).

Segundo Jardim & Anderson (1987), as empresas que se estabeleceram no estuário amazônico na década de 1960, frequentemente conseguiram a retida do palmito por meio de corte raso de vastas áreas de açazais. Este processo, por sua vez, retarda a regeneração e incapacita a colheita simultânea de frutos.

Farias Neto (2003) afirmou que o açazal irrigado rende três vezes mais em relação ao não irrigado, ocasionando uma safra quinzenal, com produtividade ascendente de formação de cachos com mais frutos, fazendo com que a planta fique maior e com uma grande quantidade de folhas.

Quando o açazeiro não é irrigado, apresenta uma produção menor na safra dos frutos, plantas de altura menor, tendo como consequência baixo sombreamento e grande perda dos frutos (FARIAS NETO, 2003).

#### 2.1.4 Fenologia do açai

A fenologia é o estudo do ciclo biológico das plantas que abarca o acompanhamento de fases como floração, frutificação, queda e brotamento foliar, tendo um valor importante para a silvicultura, manejo florestal e ecologia, pois analisa o acontecimento periódico natural, como os ritmos de floração, frutificação e mudança foliar, tendo uma relação direta com o clima (PINTO et al., 2008).

Os acontecimentos fenológicos, principalmente os reprodutivos, incidem periodicamente e sua detecção dependem de estudos de longa duração, pois o

clima interfere na queda de folhas e na floração. Os estudos fenológicos de observação direta das plantas de longa duração são incomuns, não excedendo 10 anos de observações (SOUZA, 2006).

Segundo Jardim & Anderson (1987) e Souza (2006), a retirada do fruto e do palmito, relacionada com os acontecimentos fenológicos de floração e frutificação ocasiona alternância de oferta desses produtos no comércio interno, provocando oscilação nos preços dos frutos. De acordo com os autores, no período de floração quando acontece a entressafra do fruto, a atividade econômica passa a ser o corte do estipe para extração do palmito (TABELA 1). Mesmo na entressafra ainda acontece coleta de frutos, porém o mesmo não acontece com a extração do palmito que passa a ser insignificante durante a safra do açaí. Sendo assim, as atividades econômicas na ilha do Combu, concentram os ribeirinhos na extração do fruto, pois não é considerado, nesse período de safra, um extrativismo predatório.

Tabela 1: Eventos fenológico e atividades econômicas na Ilha do Combu, Belém/PA. (Adaptado de Jardim e Anderson, 1987).

Período / Atividade	Janeiro a julho	Agosto a dezembro
Na planta: fenofase	Floração	Frutificação
Na economia: colheita	41% açaí 59%palmito	98 % açaí 2%palmito
No clima: precipitação	Mais chuvoso	Mais seco

## 2.2 Relações Econômicas

Lima (2005), Lopes et al.,(2006), e Eder & Pessoa (2008) explicitaram que os ribeirinhos vivem da exploração do açaizeiro, que não mais se restringe a subsistência das famílias ribeirinhas devido uma variedade de usos quanto ao extrativismo do açaizeiro proporcionando renda à comunidade. Assim, o calendário das atividades econômicas dos moradores de várzea depende do período de águas baixas e altas. Há de se considerar que isso ocasiona alterações na renda, na disponibilidade de recursos naturais e nas condições de saúde e de alimentação dos moradores. Faz-se refletir que o ritmo familiar está condicionado ao das águas do rio

que seguem as alterações das variações das águas, encontrando-se, as famílias, sujeitas às inundações anuais que cobrem seu plantio e moradias.

Jardim & Anderson (1997) e Nogueira et al., (1995) afirmaram que a ampliação dos horizontes geográficos, que foi estimulada pelo aumento do cultivo para corte do palmito para exportação, teve como consequência a inflação do preço do açaí de consumo local. Mesmo com todo esse processo inflacionário, os Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Acre e Rondônia são os maiores exploradores de açazais, responsáveis pela subsistência da economia do povo da floresta. Desta forma, o açazeiro é o responsável pela obtenção de 25 mil serviços vinculados ao açaí como: extração, transporte, comercialização e industrialização de frutos e palmito trazendo por ano mais de R\$ 40 milhões em rendimento (ROGEZ, 2000).

Quanto ao comércio exterior, países europeus como França, Espanha e Itália são tradicionais compradores de palmito em conserva brasileira. As demandas desses países correspondem a mais da metade das exportações brasileiras, sendo a França um dos primeiros compradores do produto. Outros países que importam estão localizados no continente americano, sendo os Estados Unidos o maior consumidor de palmito enlatado, visto que o palmito brasileiro tem prioridade, e representa cerca de 80% do total das importações (SUFRAMA, 1999).

Mas foi no século XX que ocorreu o ponto máximo da exportação de palmito e o cultivo de frutos de açazeiro cresceu por ano expressivamente, em decorrência da competitividade da colheita de frutos, impulsionado por melhorias na cotação, e da ampliação da verificação, impedindo a destruição maior dos açazais (JARDIM & ANDERSON, 1987).

A relação socioeconômica do açazeiro deriva do seu grande aproveitamento da matéria-prima, a saber: as sementes (caroços) que são utilizadas no artesanato e como adubo orgânico. A planta oferece palmito e as suas folhas são usadas para cobrir habitações no interior da região. Dos estipes adultos, 30% podem ser cortados de cinco em cinco anos e designados à produção de pastas e polpa de celulose para papel (EDER & PESSOA, 2008).

O açazeiro por meio de seu fruto "in natura", é um lucrativo comércio para os ribeirinhos e o cultivo dos frutos para o mercado local é uma atividade de pequeno valor e de grande lucro (LOPES et al., 2006).

### 2.3 Relações Sociais e a colheita do açaí

As comunidades Amazônicas já demonstraram um determinado grau de sustentabilidade ecológica em meio às alterações socioeconômicas, políticas e culturais na região onde estão inseridas (TELES & MATHIS, 2008). Os ribeirinhos da Ilha do Combu apresentam uma relação social de produção rural familiar, apontando alternativas no que se refere geração de emprego e renda, pois a ilha se encontra próxima ao centro urbano, apresentando recursos naturais com aproveitamento econômico, e potencialidades do mercado de produtos extrativistas. Apesar disso são encontrados dificuldades na ilha, tais como deficiência de serviços sociais, educação, saúde, transporte e de eletrificação (FREIRE, 2002).

A Ilha do Combu utiliza o sistema agroflorestral extensivo, com baixo índice de desmatamento, mas com grande retorno econômico, principalmente no que se refere à coleta de açaí combinando variadas formas de uso: o quintal, a floresta manejada e a mata de várzea. Na Ilha, o papel de destaque é a zona de floresta manejada, cujo manejo acontece por meio de desbaste seletivo, com a finalidade de promover a regeneração e o aumento das espécies selecionadas (NOGUEIRA et al., 1995). A comunidade ribeirinha desta ilha é marcada pela precariedade social, econômica e política, exemplo de uma amostra econômica da região Amazônica que negligenciou as especificidades regionais e locais (SILVA & TAVARES, 2006).

Na comunidade ribeirinha da Ilha do Combu há uma vinculação estreita entre o rural e o urbano, o que faz com que peculiaridades de cada um embarquem o espaço das relações sociais e da produção, pois o ribeirinho utiliza-se de uma multiplicidade de *habitat*, que são a terra, a floresta e a água (MARINHO & RIBEIRO, 2009).

Na Ilha do Combu é notória a expansão urbana adentrando as áreas de açazeiros nativos. Mesmo sendo uma área de preservação ambiental (APA), o fato de localizar-se em frente à cidade de Belém faz com que sofra influências locais, ficando perceptível a modificação do espaço do qual o açaí é extraído, que até então era cultivado nos quintais das casas, mas com a modernização vem sofrendo alteração quanto ao espaço de cultivo, pois já é cultivado em ambiente urbano (PEREIRA, 2008). Apesar disso, o saber da comunidade ribeirinha direciona suas



práticas sociais, admite resolver problemas, assim como manejar os recursos da floresta de maneira sustentável, garantindo de forma metódica as suas representações sociais, culturais e familiares (FREIRE, 2002).

Segundo Jacobi (2003) o desenvolvimento sustentável só acontecerá quando houver uma proposta pedagógica conscientizadora, com mudanças de comportamentos, valores, a fim de que ocorra integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. Visto que, a comunidade ribeirinha da Ilha do Combu se depara com problema socioambiental, que é uma consequência do processo de urbanização da cidade de Belém que não possuem infra-estrutura adaptada ao crescimento demográfico local (SILVA & TAVARES, 2006).

A ilha do Combu apresenta ausência de saneamento básico, sistema público educacional precário, atendimento de saúde difícil e insuficiente assistência técnica ao pequeno trabalhador rural, entre outras problemáticas, evidenciando a realidade com que a comunidade ribeirinha vive diariamente (FREIRE, 2002).

Mesmo com todas essas dificuldades, o entendimento com que essa comunidade estrutura suas práticas sociais, com os recursos da floresta, torna-se importante uma aproximação dialógica entre saber construído e saber praticado, com vista a identificar outras possibilidades de relação sociedade – natureza, a partir da contextualização da cultura local (SILVA & TAVARES, 2006).

Oliveira et al., (2002) e Eder & Pessoa (2008) asseguraram que na cadeia produtiva do açaí, o fruto é coletado pelos produtores ribeirinhos, que podem ser donos do terreno, e pessoas acordadas para efetuar a captação ou invasores de campo de várzea. O manejo do açazeiro acontece por meio de técnicas de extrativismos tradicionais, praticados pelo nativo ribeirinho. A captação do açaí é precária, uma vez que se utiliza de utensílio rústico e força física, além de submeter o nativo da floresta a danos imprevistos, devido à adoção de posturas penosas sob condições subumanas, em ambientes desfavoráveis.

A comunidade ribeirinha apresenta diferentes saberes que direcionam seus aprendizados sociais e seus procedimentos de trabalho, delimitando a disparidade e a multiculturalidade amazônica. Os ambientes de trabalho estão atrelados à cultura simbólica. A terra é entendida não só como meio de sobrevivência, mas de habitação, sobrevivência, de coexistência comunitária e de educação (SILVA & TAVARES, 2006).

Contudo, é sabido que a migração seguida de urbanização desordenada necessita de serviços de naturezas sociais, escolares, infraestrutura médico-hospitalar, saneamento, eletrificação, colheita de lixo, tratamento e abastecimento de água potável, oferta de embarcações adequadas, a fim de que essa comunidade não se veja isolada regionalmente (PINHEIRO et al., 2008).

As representações da floresta estão agregadas ao existir particular e comunitário, em relação a uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana (FREIRE, 2002).

## **2.4 Evasão e retenção escolar**

As discussões em torno da retenção e, conseqüentemente, da evasão escolar, apresentam alvo fundamental de debate quanto à atuação da família junto à instituição de ensino em relação à criança. Está em meio aos assuntos que historicamente remete a contestações e reflexões no campo da educação pública brasileira, ocasionando destaque no panorama das políticas educacionais (QUEIROZ, 2001).

O compromisso com a inclusão social das crianças é colocado em prática a partir do comprometimento de todos os sujeitos que estão na ação conjunta com as práticas educativas escolar, organizadas em um trabalho coletivo diário. Neste sentido, tem que haver a compreensão que isso só irá se efetivar com a parceria dos grupos de ação educativa no contexto de sala de aula, nas reuniões pedagógicas, nas práticas avaliativas, no trabalho com as disciplinas em uma perspectiva interdisciplinar (BERTOLO, 2008).

Gloria & Mafra (2004) descreveram que há uma preocupação social com a permanência dos alunos na escola, pois as instituições de ensino estão presas às amarras de um sistema excludente, descontextualizado da teoria com a prática, que visa reprovação marcada por exames, testes de conhecimento, testes psicológicos e a organização curricular que não leva em consideração a realidade socioeconômica e cultural do aluno, trazendo como conseqüência repetência e evasão.

A evasão e a repetência são problemas encontrados na diversidade educacional brasileira e, não menos importantes, o desenvolvimento curricular que

não está de acordo com a realidade sociocultural do aluno, ocasionando um desinteresse pelo processo de ensino-aprendizagem. As escolas não apresentam uma estrutura organizacional e quadro administrativo completo, bem como pessoas qualificadas com um olhar sensível para o exercício da docência (VIANNA, 1991).

Com esse pensamento se fala no currículo como algo que transcende o muro da escola, pois o ser humano é um ser histórico e social, que vem para a escola com uma pré-história de vida. A partir dessa leitura, se pensa em um currículo interno e externo para a instituição de ensino (PINHEIRO, 2009).

Mello & Trajber (2007) e Alves & Pretto (2008) disseram que a “repressão simbólica” é tão forte quanto ao currículo escolar que visa à valorização de aprendizagens alcançadas no contexto educacional, descontextualizada, desconsiderando as características socioeconômicas e culturais do grupo com o qual se trabalha. Assim, a aprendizagem acontece como uma reorganização dos ciclos básicos dos tempos e espaços escolares, do currículo, da avaliação, da relação professor/aluno/comunidade, com o objetivo de permitir maior centralização na aprendizagem, do que no ensino (JACOMINI, 2009).

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso socioeducacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996, p.2), é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada no princípio de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Vianna (1991) assegurou que a saída dos alunos da escola decorre de diversas razões não menos importantes como:

- O exercício de subemprego para auxiliar na economia doméstica;
- As ocupações obrigatórias no próprio lar, durante a ausência dos pais;
- A atuação em atividades agrícolas sazonais, especialmente na zona rural;
- Os constantes problemas de saúde, levando a criança ao afastamento prolongado e à desistência da vida escolar;
- A frequente ausência dos professores às aulas, sem a sua substituição;

- As deficiências pedagógicas dos professores, que muitas vezes não possuem uma formação técnica adequada;
- Evasão de professores qualificados, por falta de uma política salarial adequada;
- Greves longas do pessoal docente gerando desmotivação dos discentes;
- Problemas pedagógicos, como dificuldade de aprendizagem e/ou relação professor x aluno;
- Ausência de práticas lúdicas;
- Ausência de espaço físico e mobiliário adequado;
- Superlotação das classes, impedindo um atendimento mais personalizado;
- Defasagem entre o currículo e a realidade socioeconômica e cultural do aluno; e
- Metodologias inadequadas;

Assim, a evasão escolar ganhou lugar nas discussões e reflexões tratadas pelo Estado e pela sociedade civil. Vianna (1991), Queiroz (2001), Pinto & Cruz (2007) e Goulart & Farias (2008) discorreram sobre aspectos sociais e econômicos analisados como decisivo que são: a desestruturação familiar, as políticas de governo, a desnutrição e o desemprego, que trazem como consequência a saída das crianças da escola, a fim de fazer parte do mercado informal.

É necessário falar das consequências sociais da reprovação e da repetência, e analisar os determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos que viabilizam a vida escolar, que prega uma pedagogia do exame, classificatório, que permeia o processo de ensino-aprendizagem nas escolas (SOUZA et al., 2006)

Na sala de aula a avaliação que prevalece é a classificatória, autoritária, excludente, fragmentando o conhecimento do aluno que sofre as implicações perversas do poder avaliativo do professor. Avaliação como prática dos exames, leva em consideração somente o que foi ensinado pelo professor, precisando se desprender dessas amarras do tradicionalismo quanto ao processo avaliativo, pois os educandos vêm para a escola aprender e serem valorizados quanto ao conhecimento de mundo e não para serem estigmatizados (SOUZA et al., 2006).

A avaliação da aprendizagem na escola não é uma prática que precisa abdicar dos instrumentos de coleta de dados já utilizados em suas experiências, mas usá-los

na perspectiva da avaliação e não do exame, pois o avaliador mensura e o examinador apresenta um olhar diagnóstico (VIANNA, 1991).

Souza et al. (2006) descreveram a avaliação como instrumento de autoridade e de entraves das ações alunos/professores no contexto escolar, mostrando que uma avaliação feita equivocadamente como mensuração do que foi passando (conteúdos) e do que foi aprendido institui uma resposta negativa ao processo ensino-aprendizagem, pois avaliar requer inclusão, pluralidade, respeitando as diferenças, para que no final se consiga uma construção coletiva de aprendizagens.

Perante tal situação, Vianna (1991), Queiroz (2001), Pinto & Cruz (2007) e Goulart & Farias (2008) mostraram o fracasso escolar como externo e interno ao contexto educacional, porém interfere na vida escolar, tendo como implicação a evasão e, conseqüentemente, a repetência.

Enquanto a avaliação da aprendizagem estiver com a finalidade de atribuir nota ao aluno, não contribuindo para o desenvolvimento cognitivo do educando, as escolas vão esbarrar no alto índice de evasão e repetência que são geradores do fracasso escolar (SOUZA et al., 2006).

## **2.5 Educação Ambiental**

A APA do Combu, e seu entorno, recebem serviços educacionais da Secretária Municipal de Educação – SEMEC, que oferece a Educação Infantil e Ensino Fundamental, para a comunidade ribeirinha. Porém, a região insular de Belém apresenta problemas educacionais, evasão, retenção escolar, espaço físico inadequado, carência de material didático, merenda escolar irregular e falta de professores qualificados (CRISTO, 2007).

Andrade & Di Pierro (2003) verificaram também, outro aspecto problemático: a inadequada e insuficiente qualificação do professor para ministrar aulas e motivar aprendizagem no contexto rural, pois os professores habilitados não recebem formação adequada para trabalhar em escolas rurais, deixando transparecer que sua prática está desconectada da realidade socioambiental. Soma-se a isto, o isolamento em que os professores permanecem, sem assessoramento pedagógico e uma supervisão escolar em razão da dispersão territorial dos centros educativos.

Desta forma, na APA do Combu, a vida e trabalho dos discentes são precários, porque há um descaso das políticas públicas e sociais a respeito das populações que vivem no meio rural, não só da distribuição de renda, mas também de sustentabilidade, pois os alunos acabam deixando a escola para trabalhar, na maioria das vezes, em subempregos, a fim de ajudarem no sustento da família (GOULART & FARIAS, 2008).

No Brasil houve uma maior preocupação da saída dessas crianças da escola a partir dos anos 1990, pois, nessa década, dá-se início ao Programa Bolsa Família, um benefício do governo Federal, que favorece com um salário mínimo as famílias de baixo poder aquisitivo, que mantêm suas crianças no sistema escolar, matriculadas com 75% de frequência escolar, como também com sua carteira de vacinação em dia. Esse programa de governo busca incentivar as famílias a conservarem as crianças no contexto educacional (CACCIAMALI et al., 2008). Visto que, a educação não atinge plenitude no que diz respeito ao direito de todos, pois a família é assinalada como um dos determinantes do fracasso escolar da criança, seja pelas suas condições de vida, seja por não escoltar o aluno em suas atividades escolares (QUEIROZ, 2001).

Na ótica dos pais/responsáveis, a escola permite aos seus filhos um “futuro melhor”, e é com este entendimento que a família observa a educação como mobilidade social, mostrando às crianças porque devem retornar aos estudos, mesmo que em alguns momentos a família seja induzida a tirar seus filhos da escola em decorrência da subsistência da mesma (CARVALHO, 2000).

No entanto, a população de poder aquisitivo baixo se vê forçada a ingressar no mercado de trabalho muito cedo, a fim de completar a renda da família, acabando por trabalhar, deixando os estudos em segundo plano e, por conseguinte, abandonando as oportunidades futuras de conseguir um emprego melhor. É a porcentagem da população que ocupa cargos de menor qualificação, recebendo baixos salários, perpetuando, assim, a sua condição de pobreza (CACCIAMALI et al., 2008).

Sendo assim, a evasão escolar não está dissociada da vida social, porque a família é capaz de influenciar direta ou indiretamente nas atitudes e decisões do educando em relação ao prosseguimento dos estudos. Dentre as situações, o desemprego ou subemprego da família que impulsiona a criança a trabalhar para

ajudar os pais/responsáveis, acarreta desmotivação dos educandos em continuar frequentando as aulas (GOULART & FARIAS, 2008).

A educação apresenta um papel transformador na coletividade, utilizando como alternativa, para a sociedade, a Educação Ambiental, que busca uma proposta de sustentabilidade que vai de encontro à excessiva degradação, desperdício com a natureza com o meio ambiente, que traz consequências problemáticas, que evidenciam a realidade com que a comunidade ribeirinha vive diariamente (FREIRE, 2002).

A escola ribeirinha não está descontextualizada do mundo, mesmo estando longe dos grandes centros urbanos e dos núcleos educacionais. Desenvolve um modo de vida peculiar, relacionados aos ciclos naturais e ciclos do conhecimento biológico, pois faz parte de um contexto comunitário favorecendo o desenvolvimento social, com especificidade local (GUARIM, 2005).

As comunidades ribeirinhas do Combu apresentam uma dependência com a natureza, isto é, com os ciclos das águas, a fim de buscar estratégias para o uso de manejo dos recursos naturais, sendo que esse conhecimento é repassado de geração a geração, por grupo social que vive e sobrevive da economia e das relações sociais (LOPES et al., 2006).

A Educação Ambiental deve apresentar ato político voltado para a transformação social, com perspectiva holística de ação, relacionando homem, natureza e o universo, sensibilizando a comunidade de que os recursos naturais se esgotam e quem degrada o meio ambiente é o ser humano (JACOBI, 2003). Esta mesma educação ambiental compreende a realidade de maneira complexa, pois aborda as disciplinas do currículo de modo interdisciplinar e transdisciplinar e vem sendo inserida nas práticas educativas dos professores e alunos, a fim representar e racionalizar os conhecimentos adquiridos além do contexto escolar (MEDEIROS & SATO, 2004).

O currículo das escolas ribeirinhas mantém uma relação intrínseca com o tempo escolar que por sua vez, sofre alterações em decorrência das marés dos rios que enchem e vazam. O currículo é uma invenção social, tornou-se edificada, a fim de que haja um entendimento entre dominante e dominado, que visa reproduzir uma ideologia da estrutura urbana capitalista que incute socialmente que este sistema é bom (PINHEIRO, 2009).

Sendo assim, Medeiros & Sato (2004) asseguram que a educação ambiental é uma intrincada extensão da educação, marcada por uma grande diversidade de teorias e práticas no contexto escolar; Enquanto Alves & Pretto (2008) afirmam que a instituição de ensino é um lugar de lazer e, conseqüentemente, de prazer, deixado para trás a definição passada, que a escola é um local onde se vão captar novos conhecimentos, às vezes descontextualizados, tornando-se um espaço tedioso.

A educação ambiental necessita ser pensada como uma eterna aprendizagem que dá valor às diferentes maneira de conhecimento e objetiva formar cidadãos com olhar local e planetário (JOCOBI, 2003).

A educação ambiental representa um papel importante para a cidadania, pois sensibiliza os docentes de quanto é importante transformar o desenvolvimento em qualidade de vida, a fim de que se torne sustentável, porque o educador media o referencial ambiental, com a finalidade de incrementar uma prática social centralizada na natureza (MEDEIROS & SATO, 2004).

Assim sendo, em meados do século XX, o Brasil vem tentando pôr em prática, por intermédio da política educacional pública, um incentivo na Educação Ambiental intrínseca no currículo das escolas do Ensino Fundamental, e conseqüentemente, o da não retenção escolar que também tomou corpo nas administrações municipais da década de 1990, embasada no ponto de vista liberal que luta pela educação como direito de todos os cidadãos, pensamento fundamentado na Revolução Francesa do século XVIII e nas Constituições Federais (SPADA, 2007).

Spada (2007) e Mello & Trajber (2007), referem-se que nos anos 1990 aconteceu uma ressignificação quanto à educação ambiental que trabalha a coletividade e a interdisciplinaridade, constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, buscando preservar o meio ambiente e discutindo a sustentabilidade.

Sendo assim, a escola é um espaço no qual se efetiva ações sobre a compreensão dos fenômenos naturais, os atos humanos e suas conseqüências para com o próprio ser humano, com o outro social e o meio ambiente, pois é dentro desse contexto que se adquire posturas construtivas e desafiadoras, a fim de se buscar um ambiente saudável (EFFITING, 2007).

De acordo com Cristo (2007), se pensa em uma educação democrática de fato, pois ainda é notório o número de comunidades ribeirinhas que não fazem parte do



processo de escolarização, pois não conseguem se adequar a essa proposta urbana que não respeita a especificidade regional. Glória & Mafra (2004) dizem que as políticas públicas nacionais tentam modificar esse quadro com a expansão do ensino público brasileiro, preocupado em assegurar o acesso à escola dos alunos oriundos das camadas ribeirinhas.

Effiting (2007) tratou a temática ambiental significativamente, com um olhar integrador do mundo, no tempo e no espaço, colocando as instituições de ensino como espaço privilegiado de troca de informações nas atividades em sala de aula e nas atividades de campo, por meio de projetos voltados para preservação e proteção ambiental de maneira interdisciplinar, ressaltando que as gerações que forem sensibilizadas terão uma visão do que é o meio ambiente e o planeta e como preservá-los.

Medeiros & Sato (2004) discorrem que a educação ambiental centra sua proposta pedagógica na conscientização, na mudança de procedimento, no desenvolvimento de competências, na capacidade de avaliação e na participação dos educandos. A relação entre meio ambiente e educação têm um papel cada vez mais importante no contexto educacional, pois incide em novos saberes para entender os procedimentos sociais e os riscos ambientais que se intensificam.

Essa operacionalização da educação ambiental deve fazer parte do Projeto Pedagógico das escolas rurais, buscando respeitar a realidade local da comunidade escolar, a fim de que haja uma redução da reprovação escolar, passando a adotar propostas inovadoras com o princípio da progressão continuada na escolarização dos alunos, pregando a não-retenção escolar, pois a reprovação implica perdas significativas, tanto em termos de recursos humanos, como materiais, financeiros. Também implica danos de caráter psicológico para o aluno reprovado (SPADA, 2007).

Discutir a educação no contexto ribeirinho amazônico é possibilitar estabelecer uma relação com a realidade socioambiental que faz parte da vida do educando, com especificidades como a maneira de sobreviver do extrativismo vegetal e carência de serviços básicos como saneamento, saúde e falta de eletrificação (FREIRE, 2002).

A retenção escolar dos ribeirinhos acaba por rotulá-los de incapazes, pois não progredem para série/ciclo. Sendo assim, os educandos estudam até o momento em

que a família possa mantê-los na escola, ou até quando não precisem dessas crianças e jovens para contribuir com o orçamento familiar (CARVALHO, 2000).

Desta maneira, o comprometimento escolar com a realidade socioambiental do aluno aumenta a cidadania, pois, a partir desse olhar, não coisificamos o mundo e agimos de forma consciente para a transformação da história da sociedade e das espécies vivas que necessitam estar em consonância com o mundo, a fim de ultrapassar as formas de alienação que propiciam a dicotomia entre sociedade e natureza (MEDEIROS & SATO, 2004).

Com a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) – buscou-se inovação, reconhecendo a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença. Porém, a escola ainda é um espaço que privilegia poucos, pois só consegue ensinar uma parte dos alunos, deixando de lado os demais, admitindo que a educação é um direito de uma minoria, que se efetiva como um privilégio de todos quando todos da comunidade passam a aprender a serem cidadãos (JACOMINI, 2009).

Outrossim, verifica-se que há um desencontro entre o calendário escolar e a agenda do trabalho ribeirinho que traz como consequência a diminuição do acesso das crianças à escola, a entrada tardia na escola, as frequentes interrupções dos estudos, que são fatores colaboradores para a redução do ingresso na instituição de ensino, fomentando a evasão no meio rural (ANDRADE & DI PIERRO, 2003).

### **3 MATERIAL E MÉTODOS**

#### **3.1 Local do estudo**

A Ilha do Combu encontra-se às margens do rio Guamá, na parte sul do Município de Belém, a uma distância de 1,5 km da zona urbana da cidade (FIGURA 1). Com uma extensão de 15 km<sup>2</sup>, ocupa o 4º lugar de maior ilha do município (DERGAN, 2006).

A Ilha do Combu situa-se na latitude de 1°25'S; longitude 48°25'W. O clima, segundo Köppen, é do tipo Am- Equatorial com estações quentes e chuvosas, as informações pluviométricas apontam uma precipitação média anual de 2.500 mm, com temperatura média anual de 32°C (JARDIM & KAGEYAMA, 1999).

Na Ilha do Combu vivem em torno de 227 famílias, que totalizam aproximadamente 985 pessoas, perfazendo 516 mulheres e 469 homens, tendo a maioria de jovens na faixa etária entre 16 a 30 anos, que estão centralizados em pequenas comunidades, como Igarapé do Combu, Igarapé do Piriquitaquara, Furo da Paciência e Beira do Rio Guamá (JARDIM & KAGEYAMA, 1999; DERGAN, 2006).



**Figura 1: Mapa de Localização Geográfica das Unidades Pedagógicas (UP Combu, UP São Benedito e UP Santo Antônio), na Ilha do Cumbu, Estado do Pará (Modificado do googleearth)**

**UP: Unidade Pedagógica**

**Fonte:** [http // www.googleearth](http://www.googleearth). Acesso em 20/10/10

A Ilha do Cumbu encontra-se inserida no bioma amazônico, apresentando mata de várzea, com solos de alta fertilidade e baixa acidez. No cenário composto por Floresta Ombrófila Densa e aluvial encontra-se, como predominante, a espécie vegetal açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) que oferece ampla importância econômica. A área é inundada periodicamente, influenciando, dessa forma, o ecossistema (TELLES & MATHIS, 2008).

As águas do rio Guamá sofrem agitação diária das marés, ocasionando enchentes e vazantes, sendo catalisadora das atividades cotidianas como: pesca de peixes e camarões, extrativismo do açaí e do cacau, bem como locomoção para ir ao posto de saúde, para chegar à escola, ou para ir a Belém (DERGAN, 2006).

### 3.1.1 Escolas em Estudo

Em 2000, as escolas da Ilha do Combu ficaram sobre a gerência da Escola Silvio Nascimento (escola-sede), que até aquele ano era de responsabilidade da escola Bosque, no Distrito do Outeiro, ligado ao Município de Belém. As escolas aqui estudadas são designadas como Unidades Pedagógicas –UPs, sendo elas as UPs Combu, Santo Antônio e São Benedito.

A escola Silvio Nascimento (FIGURA 2a) oferece os níveis de ensino vigentes (Educação Infantil e Ensino Fundamental), localiza-se na periferia de Belém. A secretária escolar e a Coordenação da escola-sede são responsáveis pelos documentos encaminhados para as UPs (transferência para outro estabelecimento de ensino, ressalva, boletim, caderneta de classe, histórico escolar e Projeto Pedagógico) enquanto os coordenadores das UPs são responsáveis pela matrícula na região da ilha e pela assinatura dos relatórios dos professores (ficha síntese dos alunos). A assessoria pedagógica, lotação de professores e coordenadores da região insular, fica a cargo da Coordenadora da ilha, que trabalha na Secretaria Municipal de Belém. Como na ilha é adotado o regime ciclado, tanto os alunos que são promovidos como os que são retidos no ano escolar são acompanhados pela mesma professora até o final do ciclo.

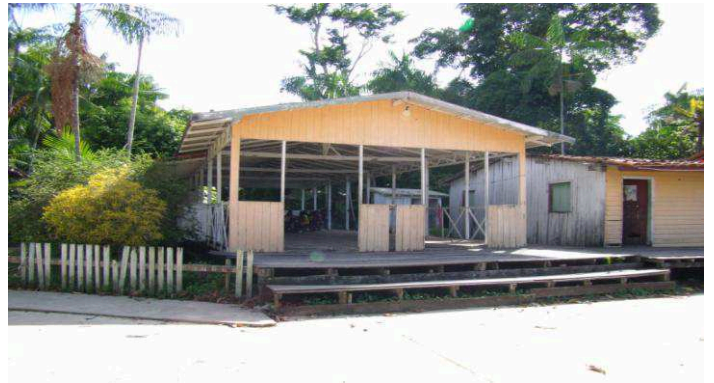
a)



b)



c)



d)



**Figura 2: Escola Silvio Nascimento e Unidades Pedagógicas estudadas na Ilha do Combu, Belém/PA: a-Escola-Sede; b-UP Combu; c-UP São Benedito; d-UP Santo Antônio**

### 3.2 População em Estudo e Procedimentos

Os sujeitos da pesquisa, envolvidos diretamente, foram três pessoas do corpo técnico-administrativo de cada uma das Unidades Pedagógicas e também nove professores, três de cada uma das Unidades Pedagógicas da Ilha do Combu. O ponto inicial da pesquisa foi o levantamento específico sobre a região insular do município de Belém, através de dados educacionais, socioambientais e relatório das regiões insulares.

O método utilizado nesse trabalho foi baseado na análise documental da Secretária Municipal de Educação - SEMEC e da EMEF Silvio Nascimento, na coleta e análise dos dados da frequência escolar mensal dos diários de classe dos docentes, dos anos de 2007, 2008 e 2009 das UPs, visando à observação dos meses de evasão escolar, bem como dados das precipitações e das temperaturas mensais da cidade de Belém, que foram fornecidos pela Embrapa/PA, a fim de fazer comparações quanto aos indicadores e às consequências, no que tange ao processo de evasão e retenção escolar, no decorrer do ano letivo.

Logo após foram realizadas entrevistas com os professores e corpo técnico das UPs Combu, São Benedito e Santo Antônio, abordando a influência da colheita do açaí no processo de evasão e retenção escolar e as contribuições educacionais para a APA do Combu, objetivando fazer uma **educação ambiental**, com a finalidade de minimizar os **impactos socioambientais** que ocorrem na Ilha (ANEXOS 1e 2)

### 3.3 Questionários

Foram aplicados dois questionários, um para o corpo docente com três questões subdivididas em itens contemplando questões abertas e fechadas e outro para o corpo técnico-administrativo constatando de duas questões também subdivididas em questões abertas e fechadas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Distribuição do número de alunos, professores, técnicos pedagógicos e localização das escolas em estudo

As escolas na zona rural, estudadas, apresentam um número reduzido de técnicos e de professores em relação à escola-sede, deixando claro que o organograma educacional não está completo (TABELA 2). Os professores e técnicos, que trabalham nas escolas da ilha do Combu, são contratados pela SEMEC, residem em Belém e passam o dia ministrando aulas entre uma UP e outra, porém existem casos de professoras ribeirinhas que trabalham nas Unidades Pedagógicas (FIGURA 2).

**Tabela 2: Distribuição do número de alunos, professores, técnicos pedagógicos e localização das escolas em estudo em 2009.**

ESCOLAS	ALUNOS	PROFESSORES	TÉCNICOS	LOCAL
<b>ESCOLA SEDE</b>				
E.M.E.F Silvio Nascimento	676	26	9	Urbano
<b>UNIDADES PEDAGÓGICAS</b>				
Combu	74	3	1	Rural
São Benedito	55	3	1	Rural
Santo Antônio	55	3	1	Rural

Fonte: Escola Municipal de Ensino Fundamental Silvio Nascimento, 2009.

### 4.1 Questionário - Categoria Docente

Por meio da análise documental foi possível verificar que as frequências escolares variaram entres as UPs estudadas (FIGURA 3). A frequência foi menor na UP Combu, onde as frequências médias no três anos foi inferior a 90% (83, 86 e 87%, respectivamente para 2007, 2008 e 2009). Os maiores valores das frequências foram observados na UP São Benedito, com valores superiores a 90%, no mesmo período. Os meses de menor frequência escolar também diferiram entre as UPs. Para as UPs Combu e Santo Antônio os meses de maior evasão foram os mais quentes, agosto-setembro-outubro (TABELA 3, FIGURAS 3a e 3b), enquanto para



UP São Benedito foram os meses de maior pluviosidade, março e abril (TABELA 3, FIGURA 3c).

Quando os professores das Unidades Pedagógicas foram questionados sobre quais são os meses mais complicados para frequentar a escola, na UP Combu indicaram agosto, setembro e outubro. Estes períodos que correspondem às doenças endêmicas, que são conhecidos na Ilha como período do carapanã, nome local dos mosquitos sugadores de sangue, coincidindo com a safra de verão do açaí (TABELA 3 e FIGURA 3a). Na UP Santo Antônio, indicaram também os meses de agosto, setembro e outubro, períodos da safra de verão do açaí (FIGURA 3b). Enquanto isto, na UP São Benedito os professores responderam que os meses mais complicados para as crianças frequentarem a escola, são março e abril, safra de inverno do açaí (Tabela3 e Figura 3c). Todas essas respostas corroboram com as informações da frequência obtida pela análise documental.

A partir dos resultados obtidos quanto à frequência escolar, torna-se possível fazer alguns questionamentos a respeito das demais causas da evasão escolar, como as doenças tropicais que afligem a ilha e as consequências. Entre as constatações da precariedade das instalações verificou-se que a escola do Combu apresenta, na estrutura física, madeira que tem fresta, não há janelas para que se possa fechar a sala de aula, não é telada. Além disso, fica próxima ao rio, facilitando, assim, o aparecimento e propagação de insetos. No tempo de maior incidência do carapanã (agosto, setembro e outubro), as crianças assistem às aulas na sala fechada e telada (FIGURA 4a). Enquanto na UP Santo Antônio a escola é madeira, mas sua estrutura física é nova e tem janelas que apresentam tela móvel por causa dos insetos, no período de maré alta, o entorno da escola fica todo alagado (FIGURA 4b). Nesse momento, ocorre a evasão dos alunos, porque coincide com a proliferação de insetos, o aumento expressivo do calor, da umidade e a safra de verão do açaí. Conforme os dados apontados pelo laboratório de Agroclimatologia da Embrapa/PA, os meses de agosto, setembro e outubro dos anos de 2007, 2008 e 2009, apresentaram maiores temperaturas e menores precipitações (TABELA 3).

**Tabela 3: Temperatura(T, °C) e Precipitação (Pp, mm) mensal dos anos de 2007, 2008 e 2009. Os meses em negrito correspondem aos meses mais quentes e mais secos (safra do açaí). Meses sublinhados correspondem ao período chuvoso (entressafra do açaí)**

Mês	2007		2008		2009	
	T	Pp	T	Pp	T	Pp
Jan	27,3	275,9	26,1	445,3	26,5	316,1
Fev	26,2	428,7	26,3	358,0	25,8	385,2
<u>Mar</u>	<u>26,7</u>	<u>371,6</u>	<u>26,4</u>	<u>378,0</u>	<u>26,2</u>	<u>506,9</u>
<u>Abr</u>	<u>27,1</u>	<u>378,6</u>	<u>26,6</u>	<u>419,3</u>	<u>26,0</u>	<u>387,9</u>
Mai	26,9	223,9	26,7	226,9	26,0	332,5
Jun	27,0	181,5	26,7	243,6	26,3	259,6
Jul	27,0	142,6	27,1	79,3	26,9	160,4
<b>Ago</b>	<b>27,4</b>	<b>99,2</b>	<b>27,5</b>	<b>113,8</b>	<b>27,6</b>	<b>75,0</b>
<b>Set</b>	<b>27,3</b>	<b>100,2</b>	<b>27,4</b>	<b>85,5</b>	<b>27,3</b>	<b>112,8</b>
<b>Out</b>	<b>27,4</b>	<b>136,8</b>	<b>27,6</b>	<b>83,1</b>	<b>27,6</b>	<b>96,8</b>
Nov	27,1	88,5	27,8	101,9	28,0	28,8
Dez	26,7	399,8	27,6	152,0	27,4	214,9
Ano	27,0	2827,3	27,0	2692,7	24,6	2876,9

**Fonte: Laboratório de Agroclimatologia da Embrapa Amazônia Oriental, 2009.**

A UP São Benedito não é propriamente uma escola na sua estrutura física, assemelha-se a um barracão, cedido pela comunidade. Em 2010 a escola foi retirada do lado direito de quem entra no “furo do Benedito” e foi montada do lado esquerdo do rio, continua a mesma estrutura física, barracão de madeira coberta por lona e no terreno da comunidade, sem proteção para o ataque dos insetos(FIGURA 4c).

Pinheiro et al. (2008) comentam que a condição de saúde na região Amazônica é precária, aparecendo as velhas doenças tropicais como malária, dengue, febre amarela, entre outras, que geram grandes problemas de saúde, particularmente na região norte. Outro fator preponderante na ilha do Combu é a realidade socioeconômica, pois essas doenças tropicais estão associadas à pobreza, não tendo na ilha um controle, prevenção e tratamento mais efetivo das doenças, em geral. Considera-se que em pleno século XXI esse tipo de situação ainda é um problema de saúde pública, em decorrência das doenças causadas pelos insetos. Outro agravante na ilha é a ausência da coleta de lixo que acaba por ser jogado no rio, uma vez que não tem saneamento básico, nem estrutura sanitária. O espaço do entorno da escola é alagado, por ser área de várzea, ficando quase o ano todo encharcado.

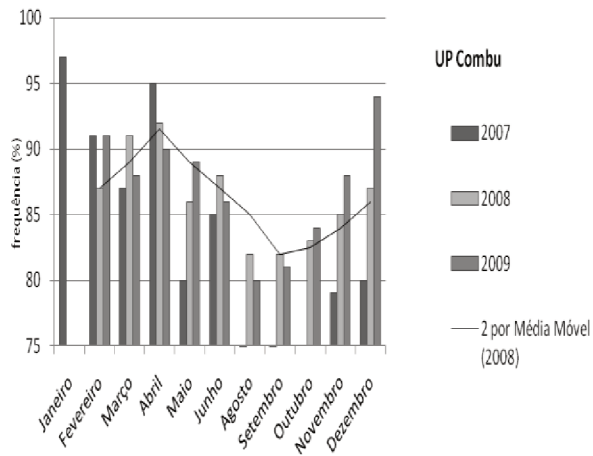
As respostas dos professores das UPs demonstraram que o açaí ainda é o meio de subsistência das famílias da ilha. A coleta dos frutos de açaí é feita pelos nativos no período da manhã, na maioria das vezes, coincidindo com o horário de aula das crianças. Os caboclos ribeirinhos falam que é complicado escalar os estipes no período da tarde em decorrência das chuvas no período do inverno e no período do verão não conseguem escalar as árvores por estarem quentes, os ventos fortes também é um complicador. As crianças, quando solicitadas pelo responsável, saem da escola para ajudar no sustento da família, sendo colocados para escalar os estipes com a peconha, um instrumento trançado que se usa na perna para facilitar a subida nos açazeiros, ou para debulhar o fruto. Assim, todos trabalham para a aquisição de uma renda familiar maior.

É notória a responsabilidade social das crianças na ilha, que é repassada de geração a geração, fazendo com que tenham um entendimento que o sustento depende da quantidade de açaí coletado e debulhado.

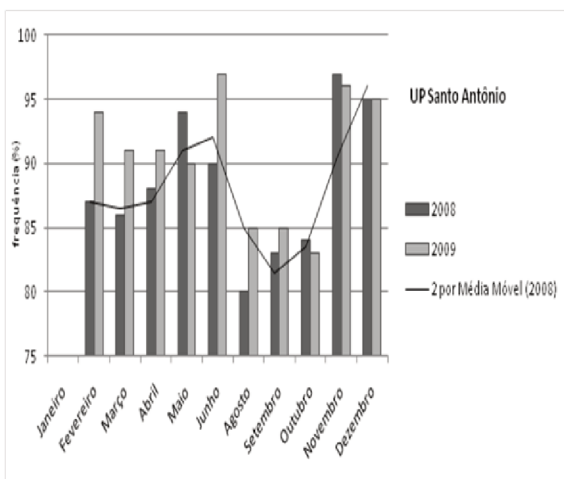
Os relatos dos professores quanto aos meses de evasão escolar permite verificar que houve poucas mudanças ao longo da história da ilha, visto que a região vive uma realidade sócio-cultural marcada pelo paradoxo entre as riquezas naturais e a situação de pobreza social em que se encontra a população ribeirinha. Ao viverem do subemprego e do desemprego, precisam de qualificação profissional, a fim de que cresçam social e economicamente. Assim, a comunidade ribeirinha vê a escola por meio da aquisição do conhecimento como um lugar onde desenvolvem cidadãos sujeitos da sua própria história.

Segundo Lopes et al. , (2006), as comunidades ribeirinhas apresentam uma dependência com a natureza, isto é, com os ciclos sazonais, a fim de buscar estratégias para o uso de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é repassado de geração a geração, por grupo social que vive e sobrevive da economia e das relações sociais.

a)



b)



c)

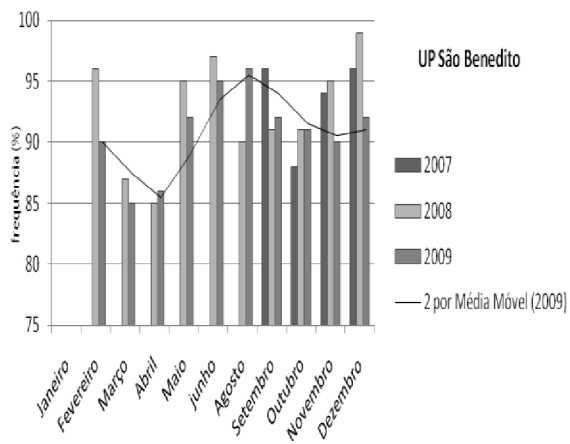


Figura 3: Pedagógicas estudadas na Ilha do Combu, Belém/PA, dos anos de 2007, 2008 e 2009: a) UP Combu; b) UP Santo Antônio; c) UP São Benedito.

a)



b)



c)



**Figura 4: Unidades Pedagógicas: a-Combu-sala do Carapanã – fechada: b-Santo Antônio: sala de aula com tela móvel; c-São Benedito: sala de aula aberta - Belém/PA**

Os nove professores entrevistados das Unidades Pedagógicas São Benedito, Combu e Santo Antônio, disseram que a Educação Ambiental é abordada em função de está presente nos temas transversais do Parâmetro Curricular Nacional-PCN, nas diferentes áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física), não de forma invariável, mas procura respeitar as especificidades das áreas estudadas. Sendo assim, os professores afirmaram para haver aprendizagem significativa:

“o educador deve motivar os alunos trabalhando a educação ambiental com projetos de reciclagem, materiais reutilizáveis para fabricar jogos e brinquedos para crianças”;

“desenvolver atividades que falem do meio ambiente diversificado com o objetivo de incentivar o gosto pelo ensino sistematizado”;

“trabalhar a qualidade da aprendizagem é um fator importantíssimo para que o ensino em educação ambiental aconteça”; e

“trabalhamos com as crianças com projetos pedagógicos relacionados a leitura e escrita, individuais ou em grupos sobre o meio ambiente”.

Após as respostas apresentadas, torna-se possível fazer algumas considerações acerca da Educação Ambiental. Essa deve fazer parte dos conteúdos curriculares transversais e contextualizados e não vir como uma adequação fidedigna do currículo urbano, de acordo com os professores, para a realidade da ilha. As regiões insulares não possuem uma diretriz curricular própria, que ainda está sendo construída pelos técnicos da secretaria Municipal de Educação. A mesma deve esboçar as necessidades ou foco de interesse da área de preservação ambiental. O currículo adequado norteará a escola para conseguir objetivos, não podendo ser uma proposta mal elaborada e ultrapassada.

Os professores, por meio das respostas, deixam claro a diferença entre o currículo oficial e o real. No caso das UPs, o currículo real é trabalhado a partir do dia-a-dia das crianças, da realidade local. Os professores criam o planejamento voltado para a realidade socioambiental e quando sentem dificuldades são assessorados pela Coordenadora das Ilhas, técnica da Secretaria – SEMEC, que vem de Belém para trocar proposta pedagógica. Desta forma, a fim de sugerir metodologias que respeitem a realidade socioambiental do educando, fazem

adequação do calendário escolar às condições climáticas e à realidade da ilha e respeitam a safra e entressafra do açaí. Quanto ao currículo oficial da SEMEC os técnicos da Secretaria Municipal de Educação levam em consideração as propostas que são definidas pelas diferentes unidades pedagógicas com suas especificidades e, a partir daí, ressignificam o documento institucional que visa atender à área pesquisada.

Partindo das respostas acima, o currículo está diretamente relacionado ao contexto sociopolítico e cultural da ilha, visando construir de forma dinâmica e participativa, por meio de uma abordagem interdisciplinar, sujeitos comprometidos eticamente com a transformação da sociedade.

Quando os docentes foram questionados se é difícil manter os alunos em sala de aula com a proposta curricular urbana, na UP Combu e São Benedito, os professores entrevistados disseram que não, porque os mesmos frequentam a escola com assiduidade, devido às exigências da bolsa-família. Esse Programa do Governo Federal elimina os alunos que não tiverem 75% de frequência escolar e carteira de vacinação em dia. Na UP São Antonio uma professora apontou que sim, porque os alunos saem para a colheita e debulha do açaí e quando voltam, acham o conteúdo descontextualizado da sua realidade. Entretanto, dois professores disseram que seus alunos não têm dificuldades em terminar o ano letivo, porque as famílias entendem a educação como mobilidade social.

Sendo assim, fica perceptível que o incentivo familiar acontece em decorrência da exigência da verba mensal do governo que o aluno recebe por frequentar a escola e por estar em dia com a carteira de vacinação. O governo cadastra essa família fazendo um cálculo sobre a renda *per capita* total da mesma, que deve ser dividida pelo número de pessoas que pertencem à família, que deve ser igual ou maior que R\$75,00 por mês. Se for menor que este valor, a família é cadastrada e o responsável será convidado a fazer cursos de capacitação/formação continuada para que, em torno de dois anos, seja inserido no mercado de trabalho, não precisando mais dessa verba.

Cacciamali et al.(2008) destacam que a população de baixo poder aquisitivo entra no mercado de trabalho precocemente para ajudar no sustento familiar, deixando os estudos de lado, deteriorando as oportunidades futuras de conseguir um emprego melhor. Essa população, selecionada pelo programa do governo,

ocupa postos de trabalho de menor qualificação, recebendo baixos salários e perpetuando a condição de pobreza.

Pensar em educação como mobilidade social é ter uma clareza que o ser humano possa estar pronto para a vida, seja com informação vinda da escola ou da família, aprendendo e transformado esta informação em conhecimento, porque sem conhecimento a sociedade não avança, precisando solidificar-se com a educação, ficando notório que o desemprego diminui a partir do aumento do nível de escolarização do ser humano. Gourlat & Farias (2008) expuseram que a evasão escolar não está desvinculada da vida social, porque a família é capaz de influenciar direta ou indiretamente nas atitudes e decisões dos educandos, em relação ao prosseguimento dos estudos.

Avaliando as respostas, os professores devem motivar os alunos a frequentar a escola, mesmo que em alguns momentos as crianças se encontrem nas seguintes situações:

“os pais fazem com que apanhem açaí”;

“até porque as crianças que aqui estudam vão apanhar açaí”; e

“em nossa UP existem alunos que colhem açaí, mas eles não deixam de frequentar as aulas”.

As entrevistas foram avaliadas na perspectiva de entender o que os alunos precisam para frequentar a escola e compreender como essas famílias influenciam para que essas crianças permaneçam no contexto educacional. Os depoimentos, a seguir, retratam o que os professores pensam em relação a manter os alunos na escola:

“motivação de seus pais /responsáveis”  
(nível superior, UP Combu);

“apoio da família”  
(nível técnico, UP Combu);

“O estímulo de alguns pais, porque a escola dar condições como, barqueiro para levar e buscar, merenda e outros”  
(nível técnico, UP Combú);

”Motivação por parte da família que valoriza mais o trabalho que a aprendizagem”



(nível superior, UP São Benedito);

“Motivação por parte dos familiares que dar mais valor ao trabalho que a escola”

(nível superior, UP Santo Antônio);

“Incentivo da família”

(nível superior, UP Santo Antônio); e

“Apoio da família”

(nível superior incompleto, UP Santo Antônio).

Os relatos obtidos apontam a família como a principal responsável pela permanência ou ausência dessas crianças no contexto educacional. Mas de que família se está falando, porque houve uma releitura desse núcleo pai, mãe e filho(s) e uma nova forma e um novo contexto familiar passaram a existir.

Vianna (1991) compreende que o processo de evasão escolar, bem como identificar os prováveis fatores que legitimam tanto a ótica dos adultos, quanto das crianças, não é tarefa fácil. Isto é entender porque a escola e a família se afastaram, e de como a complexidade das relações sociais externa e interna influencia no processo socioeducativo da criança no contexto educacional, distante da realidade que vivencia no seu dia- a- dia.

Essa diversidade do núcleo familiar gerou uma participação maior de todos que fazem parte dessa família, no mercado de trabalho, visando a sua sobrevivência. Desse modo, pensar no contexto ribeirinho é manter uma relação de respeito com essa sociodiversidade da qual se tem pouco conhecimento na literatura. Como se referem Mendes et al. (2008) alguns aspectos sociais e econômicos são decisivos na estruturação familiar, como a ausência de políticas de governo voltadas para a peculiaridade local quanto à educação, saúde e ao desemprego que trazem como consequência a saída das crianças da escola, a fim de fazerem parte do mercado informal.

Assim, as escolas ribeirinhas não possuem infraestrutura física adequada e número de técnicos pedagógicos suficientes. Os professores que ministram aulas e que compõem o corpo técnico-administrativo, na maioria das vezes, têm escolaridade mínima necessária pedida por lei. As crianças, por sua vez, apresentam dificuldades de continuar os estudos, pela ausência de motivação familiar, distância e deslocamento aos lugares das aulas, faltas e rotatividade dos

professores e baixa estima dos alunos, aspectos estes que são considerados um agravante para o processo de evasão escolar.

Outra particularidade das escolas ribeirinhas são as organizações em classes multisseriadas, vinculadas ao Sistema Municipal de Educação que oferece o Ensino Fundamental com anos iniciais incompletos (1ª a 4ª série), acomodando várias crianças com faixa etária e fases de desenvolvimento diferenciadas ocorrendo, assim, disparidade entre série e idade.

Desta forma, a proposta multisseriada está baseada no modelo excludente, que prioriza o quantitativo sobre o qualitativo do indivíduo, gerando uma educação sistematizada, mecânica e distante da realidade socioambiental do aluno.

As respostas foram analisadas na expectativa de que existam dois ou mais motivos que interfiram na permanência dos alunos na escola e as declarações dos professores retratam o que pensam em relação a está permanência.

“Trabalho, a motivação de seus pais.”  
(nível superior, UP Combú);

”Trabalho e incentivo da família.”  
(Nível técnico, UP Combú);

“Trabalho, ausência do pai na família e mudança de endereço.”  
(nível superior, UP São Benedito);

“Mudança de residência e trabalho.”  
(nível superior, UP São Benedito);

“Doenças, mudança de endereço e trabalho. ”  
(nível superior, UP São Benedito);

“Trabalho, mudança de endereço e doenças.”  
(nível superior, UP Santo Antônio);

“Trabalho e incentivo da família.”  
(nível superior, UP Santo Antônio); e

“Incentivo da família, doenças e trabalho.”  
(nível superior incompleto, UP Santo Antônio);

Os relatos mostram o trabalho como uma das principais causas da ausência dos alunos no contexto educacional. Isto reflete que o tipo de relação familiar é de trabalho, isto é, quanto mais membros na família, mais mão-de-obra, uma vez que a comunidade ribeirinha vive do extrativismo, mais especificamente do manejo de

açai, apanhando ou debulhando o fruto, a fim de ampliar a produção familiar e a renda por ela auferida.

Eder & Pessoa (2008) citam, que a exploração do fruto do açai não mais se restringe à subsistência das comunidades ribeirinhas, pois proporciona renda, devido a uma variedade de usos quanto ao extrativismo do açazeiro.

Entende-se que o trabalho precoce influencia negativamente no aproveitamento do aluno na escola. A criança que trabalha e apresenta distorção em relação à série-idade cursada, termina abandonando a escola definitivamente, fazendo-se sentir, ao longo do percurso pedagógico, devido à evasão-retorno ao sistema escolar, as consecutivas reprovações.

Amaral et al., (2000) mostraram outra consequência negativa: criança que trabalha e muitas vezes torna-se adulto sem ou com baixa escolaridade, diminuindo, assim, as chances de ter um emprego que supere as condições de pobreza com a qual se depara. É importante citar que a pobreza das famílias serve de base para o processo de exploração da mão-de-obra infantil. Outro fator relevante é a oferta da força de trabalho desde cedo. A ineficácia e a má qualidade do sistema educacional brasileiro constituem um caminho para o trabalho precoce.

Os questionamentos, a seguir, versam sobre quais as estratégias que os educadores utilizam para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, no período da safra do açai:

“Fazer com que eles venham para a escola, motivando os alunos.”  
(nível superior, UP Combu);

“trabalhar Projetos Ambientais, respeitando a realidade dos alunos”.  
(nível técnico, UP Combu);

“a qualidade do ensino-aprendizagem é um fator importantíssimo. Para esse acesso, e nós como professores nos esforçamos para que o ensino aconteça.”  
(nível técnico, UP Combu);

“trabalhos em grupo, leitura e produção de texto, teatro, jogos, dinâmica de grupo.”  
(nível superior, UP São Benedito)

“Trabalhos diversificados, a fim de incentivar o gosto pela leitura, escrita e noção lógica matemática.”  
(nível superior, UP São Benedito);

“Desenvolver atividades diversificadas com o objetivo de incentivar o gosto pelo ensino sistematizado.”

(nível superior, UP São Benedito);

“Trabalhar Projetos Ambientais, respeitando a realidade dos alunos.”  
(nível superior, UP Santo Antônio);

“Trabalhar com Projetos diversificados, voltados para realidade sócio-ambiental.”  
(nível superior, UP Santo Antônio); e

“Trabalho de maneira interdisciplinar.”  
(nível superior incompleto, UP Santo Antônio)

As falas deixam claro as estratégias utilizadas pelos professores usam para garantir o acesso e permanência dos alunos na escola: a motivação, os Projetos Ambientais interdisciplinares e as metodologias inovadoras (produção de textos, teatro, jogos, fantoches, dinâmicas de grupo, aula-passeio, pesquisa, cartazes e outros), já que a área pesquisada é uma APA e as famílias vivem do extrativismo do açáí como principal meio de subsistência da ilha.

Medeiros & Sato (2004) afirmam que a educação ambiental apresenta um papel importante para a cidadania, pois sensibiliza os docentes de quanto é importante transformar o desenvolvimento em qualidade de vida, a fim de que se torne sustentável, porque o educador media o referencial ambiental, com a finalidade de incrementar uma prática social centralizada na natureza. Tais falas levam à suposição de que manter os alunos na escola não é tarefa fácil, pois as salas de aulas são precárias, sem mobiliário adequado, não existindo equipamentos didáticos e professores que não conhecem a realidade socioambiental da Ilha. Outro agravante é a rotatividade do corpo docente, ou seja, devido a Secretaria não ter tido concurso nos últimos anos, existe um número considerado de contratados, que acabam ficando pouco tempo na ilha, não conhecendo bem a proposta educacional da região insular. Outra problemática é a quebra da metodologia, evidenciada pelo fato de que mesmo o professor anterior deixando tudo esquematizado para seu sucessor, este vai trabalhar de modo diferenciado do que estava anteriormente sendo exposto para as crianças.

É perceptível, por meio dos relatos, que a natureza e o meio ambiente representam um valor significativo para o ser humano, uma vez que o mesmo se apropria deles, negando o que já existia para, a partir daí, criar outros valores. Um exemplo dessa mudança é o currículo que deve ser visto e concebido como uma

proposta social, respeitando a realidade socioambiental da qual essas crianças fazem parte. Mendes et al., (2008) discutem que é de extrema importância levar em consideração o ambiente em que a prática pedagógica acontece, de modo a construir um currículo condizente com a realidade dos educandos.

Sendo assim, o currículo deve ser amplo, passando do espaço social (macro) até chegar na (micro) sala de aula, objetivando extrapolar os limites do viver o dia-a-dia deixando de ser algo estático, mas sim sendo algo dinâmico, convertendo-o em objeto de ensino. Mello & Trajber (2007) propõem, ao sistema de ensino, adequações às especificidades da vida do campo e regional (conteúdos curriculares e metodologias respeitando a realidade socioambiental do educando; organização curricular específica para cada área; e adequação do calendário escolar às fases agrícolas e às condições climáticas) e não apenas uma adaptação pura do currículo urbano para o meio rural.

Cabe ao professor administrar essa releitura do currículo, trabalhando a educação ambiental no contexto educacional. Isto porque, se não bem trabalhada a natureza e o meio ambiente, nos quais o sujeito está inserido, dependendo da significação, traz o currículo, podendo afetar o processo de ensinar e aprender.

Do ponto de vista ambiental, a Ilha do Combu sofre sérios riscos ambientais, uma vez que sua ocupação acontece de maneira desordenada, como destruição das matas, falta de saneamento básico, unidade de saúde precária, ausência de estrutura física adequada para manter as escolas e professores que desconhecem a realidade local, a fim de lidarem melhor com a particularidade do lugar. Freire (2002) ratifica a ausência de saneamento básico, sistema público educacional precário, atendimento de saúde difícil e insuficiente, assistência técnica ao pequeno trabalhador rural, entre outras problemáticas, que evidenciam a realidade com que a comunidade ribeirinha vive diariamente.

Quando os professores falam de educação ambiental pensa-se em colocar conhecimentos que venham rediscutir o que é cidadania, ser sujeito de sua própria história, buscando mostrar, por meio de práticas educativas diárias, qual é o seu papel enquanto cidadão nesse contexto cultural e histórico. A relação entre meio ambiente e educação tem um papel cada vez mais importante no contexto educacional, incidindo novos saberes para entender os processos sociais e os riscos ambientais que se intensificam. Medeiros & Sato (2004) asseguram que a educação

ambiental centra sua proposta pedagógica na conscientização, na mudança de procedimento, no desenvolvimento de competências, na capacidade de avaliação e na participação dos educandos.

### **4.3 Questionário- Categoria - Coordenação Pedagógica**

A partir das respostas dos coordenadores pedagógicos sobre como são as articulações dos atores envolvidos no Projeto Pedagógico voltados para ações ambientais, a fim de minimizar a ausência e melhorar o desempenho escolar dos alunos, pode-se compreender que os mesmos trabalham com propostas interdisciplinares, metodologias inovadoras, valorização dos recursos naturais e do meio ambiente, projetos menores que deveriam estar inseridos no Projeto Pedagógico da Escola.

“Através de reunião, com alunos e pais da comunidade mostrando como trabalhamos os Projetos Interdisciplinares e metodologias inovadoras.”  
(nível superior, UP Combu);

“São articuladas leitura e escrita sobre a valorização dos recursos naturais e meio ambiente, trabalhos individuais e/ou grupos de pesquisa voltados para o meio ambiente.”  
(nível superior, UP São Benedito); e

“criamos micros projetos voltados para a preservação e conservação da comunidade e do meio ambiente.”  
(nível superior, UP Santo Antônio).

De acordo com os relatos o Projeto Pedagógico ainda está sendo articulado pelo corpo-técnico da Secretaria Municipal de Educação, sem participação da comunidade externa e interna da Escola Silvio Nascimento e das UPs. Desta forma, as ações ambientais ficam como propostas pontuais e isoladas que permanecem no papel, porque esses projetos maiores, voltados para as UPs da Ilha, são sempre trazidos por instituições que não fazem parte da SEMEC. Entre esses projetos destacam-se: o Projeto Eleitor do Futuro, uma proposta da escola Judiciária Eleitoral (EJE/PA), que objetiva informar os direitos e deveres do cidadão, garantia para os problemas de sua comunidade, Eleitor Alfabetizado, Relendo e Reescrevendo, que visam ajudar os alunos a ler e escrever com base na preservação e conservação do meio ambiente; o Projeto Etnomatemática, que trabalha a matemática associada às

vivências do cotidiano do aluno desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará (NPADC/UFPA); o Projeto Água, voltado para a preservação e conservação dos rios, que recolhe e recicla as garrafas pets, trocando-as por água mineral, a fim de sensibilizar a população ribeirinha para que não joguem lixo nos rios, que é realizado por uma organização não governamental -ONG-APAVERDE, e outros. Essas iniciativas, que visam um vínculo do ser humano com a área, que por ser uma APA, apresentam uma enorme possibilidade de pesquisas e oferece uma diversidade social.

Assim, analisa-se que as metodologias inovadoras acontecem, só que de forma pontual com cartazes, pesquisas, aulas-passeio, jogos e brincadeiras, pinturas, rodas de conversa. Porém, para a aprendizagem ser significativa, precisa muito mais que isso. O professor deve ser criativo e inovador, fazer uma contextualização da realidade do aluno, respeitar as suas singularidades, porque sem esse entendimento a criança não vai compreender o que vai ser feito com esse novo conhecimento e para quê vai servir. Sendo assim, Pinheiro (2009) abordou que os educadores se deparam com desafios e perspectivas, estudam concepções curriculares, metodologias, relatam experiências, cujo enfoque primordial perpassa pela melhoria do fazer pedagógico e pela qualidade de educação. O professor deve diversificar a maneira de repassar o conteúdo, pesquisar, levar o aluno ao mundo do desconhecido sem medo do novo.

Para Andrade & Di Pierro (2003) a ausência e o desempenho escolar dos alunos perpassa pelo direcionamento que a escola dá com o predomínio no ensino de currículos, concepções, conhecimentos e valores urbanos, criando uma dicotomia entre a escola e a realidade do campo, dificultando a afirmação da identidade socio-territorial e desmotivando o estudante do campo a frequentar a escola.

Outro questionamento aconteceu quanto a articulação da leitura e da escrita que valorizam os trabalhos com pesquisas individuais e /ou em grupos voltados para a degradação ambiental. Avaliando as respostas, a leitura é bem mais que a decodificação da palavra; é a compreensão do mundo, dos seus direitos e deveres, da sua história, a fim de que assumam posições responsáveis para solucionar os problemas ambientais.

Para Jacobi (2003), o espaço escolar tem condições de avaliar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais complexas e multifacetadas. O mais

desafiador é não deixar que se faça da educação ambiental, práticas localizadas e pontuais às vezes longe da realidade social de cada aluno.

Coube ao presente estudo também averiguar como se tem construído outros pequenos projetos como: o Projeto animais e plantas em extinção; Projeto sementes nativas; o Projeto garrafa pet: poluição do meio ambiente; Projeto Desvendando memórias e saberes da comunidade; a I Mostra Cultural, em que as crianças representaram a lenda do açaí, elaboram textos sobre o mesmo como subsistência da ilha, desenharam e plantaram mudas da fruta; o Projeto açaí, em que foi trabalhada a valorização da árvore; o Projeto valor nutritivo do açaí e suas iguarias; o Projeto dos diferentes pescados da ilha, observando semelhanças e diferenças e outros todos voltados para a conservação, preservação do meio ambiente e subsistência da comunidade. Porém, esses projetos não estão no Projeto Pedagógico da escola; são colocados como propostas anexas, sendo trabalhados esporadicamente no contexto educacional, sem se preocupar com as mudanças sensibilizadoras, que contribuem para a melhoria da comunidade com práticas voltadas para a transformação de valores, hábitos e atitudes, estimuladas e requeridas continuamente. Visto que as UPs fazem adequações do currículo urbano à realidade rural, a fim de que não aconteça a evasão e retenção dos alunos.

Mello & Trabjer (2007) deixam claro que o projeto pedagógico deve vir de maneira integradora e interdisciplinar, envolvendo a comunidade interna e externa, visando tratar sobre as questões ambientais, com a finalidade de fazer um “link” com a proposta de conservação e preservação da comunidade ribeirinha, nas disciplinas de maneira transversal.

Perguntou-se qual é a função do Coordenador Pedagógico nas UPs e se houve alguma formação específica para trabalhar com comunidade ribeirinha e os coordenadores das escolas responderam:

“Sim, eu tive um curso de capacitação para trabalhar com a comunidade ribeirinha e exercer o cargo de professor e coordenador da UP Combu”.  
(nível superior, UP Combu);

“Sim, pois quando chamada para exercer o cargo de professora e coordenadora a SEMEC faz uma formação continuada e já temos alguma noção de educação ribeirinha, pois estudamos algumas disciplinas voltadas para a educação no campo.”  
(nível superior, UP São Benedito); e



“Houve uma formação continuada para ocupar os cargos de professora e coordenadora da UP Santo Antônio, porém sempre temos que estar buscando coisas novas, porque a todo o momento aparecem situações inovadoras para resolvermos.”  
(nível superior, UP Santo Antônio).

Tais falas levam à suposição de que embora a maioria tenha sido capacitada para ocupar o cargo de técnico pedagógico, há uma reflexão permanente quanto à formação continuada, evidenciando um conflito entre o saber adquirido na formação específica para ocupar o cargo de técnico pedagógico e o saber vivenciado a partir do contexto socioambiental em questão. A realidade é diferente da teoria repassada em sala de aula no curso de formação, porque 80% das disciplinas no curso de Pedagogia estão voltadas para a formação de professores, e professores urbanos e não para formação específica de técnico pedagógico de uma escola, principalmente se essa instituição se encontrar na zona rural, que requer uma leitura de mundo sensibilizada quanto à riqueza natural e à pobreza social.

A maioria do discurso dos coordenadores aponta que foram capacitados para ocupar o cargo que exercem, têm autonomia para resolver problemas de cunho pedagógico, porém vivem preocupados com as situações que aparecem ao longo dos semestres como: administrar a saída das crianças no período de safra do açaí, mesmo que sejam amparados pela LDBEN, quanto a sazonalidade da colheita do fruto, as doenças tropicais que assolam os alunos, a falta de merenda escolar (a verba que vem da Secretaria nem sempre é suficiente para os dias letivos do mês) e de energia elétrica (algumas UPs não possuem geradores), mudanças de endereços das crianças e outros problemas de cunho social, econômico e pedagógico que contribuem para a evasão.

De acordo com Andrade & Di Pierro (2003), as crianças iniciam sua vida de trabalho precocemente, a fim de ajudar no sustento familiar. A sintonia da escola com o trabalho deixa claro as probabilidades das crianças continuarem na instituição de ensino, acarretando evasão e o processo de retenção escolar no meio rural. O acesso tardio na escola, as frequentes interrupções dos estudos e as reprovações das crianças são as causas prováveis da elevada defasagem entre idade e série dos estudantes da zona rural.

Considerando as respostas sobre o que pensam da progressão continuada, responderam:

“Penso que é uma boa para os alunos que sofreram distorção entre série e idade. Pois assim, ficam menos atrasados no seu estudo”.  
(nível superior, UP Combú);

“Acho positivo a partir do momento em que o aluno estar preparado não só cognitivamente, mas em todos os aspectos afetivo, social e psicológico para entrar em contato com novos aprendizados”.  
(nível superior, UP São Benedito); e

“É algo que assusta, pois alguns alunos estão progredidos para outro ciclo, mas que precisam de ajuda a todo o momento”.  
(nível superior, UP Santo Antônio).

As respostas esclarecem que a proposta dos ciclos básicos serve de alternativa para repensar as metodologias, as avaliações e os conteúdos que fazem parte desse processo de ensino e aprendizagem humana, que não necessariamente precisam ser fragmentadas a cada ano letivo que passa, mas que venham colaborar com a não exclusão educacional e social que ainda é muito forte no contexto educacional.

Vale ressaltar que os ciclos básicos não foram implantados como uma proposta pedagógica organizativa que vise à democratização da aprendizagem. Há situações que constituem única e exclusivamente o agrupamento de séries, não levando em consideração os conteúdos, as avaliações, isto é, o tempo de aprender de cada criança. Desta forma, é notório que a proposta da SEMEC, para a região insular, não constitui uma saída pura e simples para os problemas de evasão, retenção escolar e distorção idade/série. O educando progride ou não para o ciclo seguinte com a mesma professora, mesmo apresentado dificuldade no processo de ensino – aprendizagem, quanto à leitura, escrita, consolidação das quatro operações matemáticas e apresentando nível de desenvolvimento diferenciado.

Sendo assim, para Jacomini (2009), a progressão continuada recebe muitas críticas, pois adquiriu um rótulo de “promoção automática”. Os professores discutem que essa promoção é referente à mudança de ciclo e não da aprendizagem, não levando em consideração a proposta educacional e operacional do processo ensino e aprendizagem no contexto educacional.

O Coordenador Pedagógico, quando questionado se existe caso de retenção escolar durante o Ensino Fundamental, respondeu:

“Sim, quando as crianças não conseguem ler, nem escrever, nem consolidar as quatro operações é melhor que fiquem na série/ciclo que se encontram”.

(nível superior, UP Combú).;

“Sim, no ano passado (2009) houve poucos casos”.

(nível superior, UP São Benedito); e

“Sim, nossa proposta teórica é a não retenção escolar, mas na prática é diferente, porque tem crianças que não tem condições de mudar de ciclo”.

(nível superior, UP Santo Antônio).

As declarações revelam que os ciclos básicos admitem uma organização escolar continuada, objetivando resolver ou diminuir a departamentalização do currículo, minimizando a retenção e a evasão escolar, com a esperança de melhorar o ensino e garantir o direito à educação. Jacomini (2009) discute os ciclos e a progressão continuada como um processo de democratização da educação, contrapondo-se ao processo de seleção e exclusão.

A proposta da escola ciclada é da não retenção dos alunos, um ideário emancipador do Projeto da Escola Cabana, que prega o desprendimento da avaliação classificatória, excludente e quantitativa. Porém, os relatos acabam se contrapondo a não retenção, pois se o educando não atender às exigências mínimas propostas pela escola, pode ficar retido. Para que isso não aconteça, seriam traçados alguns embates, como: convencer os professores da necessidade de extinguir as práticas e procedimentos de reprovação escolar; fazer com que conheçam de fato as propostas educacionais da SEMEC e, mesmo que em alguns momentos essa teoria não seja aplicada na prática, se desprender das amarras do contexto educacional e familiar excludente, que prega a reprovação como boa para o aluno em momento de fracasso escolar.

Segundo Spada (2007), a proposta de progressão continuada não admite a reprovação ao final do ano, como se fazia na escola e na pedagogia tradicional. Tudo o que o aluno aprendeu é considerado válido, mesmo que não tenha alcançado os níveis esperados, mas que tenha demonstrado avanços significativos em relação ao seu estágio anterior.

A afirmativa deixa claro que o nível educacional esperado, quanto ao avanço dos alunos é uma expectativa do professor, devido à idealização em cima de um ideal de educação, que está desvinculada da realidade local e com a prática de sala de aula. Se o aluno contextualiza o que é trabalhado na escola, está pronto para

seguir adiante, se faz um paralelo entre o real e o ideal, o que vai servir, como vai utilizar essas informações na vida diária, não devendo dessa forma ficar retido, pois a retenção traz perdas significativas pessoal, material e pedagógica. Mas, para que esse resultado seja satisfatório, as políticas locais de educação devem se encarregar de fazer uma educação continuada dos professores, como também recuperação paralela e contínua, valorizando o desenvolvimento cognitivo e o ritmo de cada criança.

Perguntou-se ao Coordenador Pedagógico se o planejamento escolar é voltado para a realidade socioambiental do local, respondeu:

“Sim, pois trabalhamos com Projetos voltados para o meio ambiente com, por exemplo, animais e plantas em extinção, sementes nativas e reciclagem de garrafas pet que poluem o nosso meio ambiente.”  
(nível superior, UP Combú).

“Sim, pois trabalhamos com a Educação Ambiental com Projeto de reciclagem de materiais reutilizáveis para fabricar jogos e brinquedos para as crianças.”  
(nível superior, UP São Benedito)

“Sim, trabalhamos com projetos sobre o meio ambiente, tentando sensibilizar a conservação e preservação da área pelas crianças.”  
(nível superior, UP Santo Antônio)

Quando os técnicos pedagógicos foram questionados se o planejamento educacional estava voltado para a realidade socioambiental, foram unânimes em dizer que se preocupavam em criar projetos que envolvessem a realidade local, a fim de sensibilizar e mostrar aos alunos que os recursos naturais são esgotáveis e que o homem destrói o meio ambiente de forma irracional, não minimizando o desperdício e desconsiderando a reciclagem. Desta forma, constata-se que tanto no discurso dos coordenadores quanto no dos professores, que são desenvolvidas diversas atividades da Educação Ambiental nas UPs.

Além disso, a conservação da biodiversidade é essencial para a nossa sobrevivência, pois, trabalhada no contexto educacional, vai transcender os muros da educação formal e atingirá a comunidade externa.

Segundo Effting (2007), Educação Ambiental, no contexto educacional, deve ter como objetivo, a sensibilização quanto a mudanças de hábitos e comportamentos, que busquem formar cidadãos para que gerações futuras possam usufruir de maneira racional os recursos naturais do planeta.

É preciso união e bom senso, a fim de que o professor, principal agente mediador desse processo ambiental, crie condições para que na Educação Básica aconteça em um processo contínuo e permanente, com ações interdisciplinares e globalizantes, buscando atuações que mobilizem a comunidade externa e interna, com a finalidade de proteger o meio ambiente em consonância com o desenvolvimento sustentável. Jacobi (2003) expõe que as práticas sociais, em uma área degradada, podem ser modificadas a partir de uma articulação da escola com a comunidade externa, contemplando as inter-relações do meio natural com o social, priorizando o desenvolvimento sustentável socioambiental.

Desta maneira, os conteúdos ambientais devem ser abordados de forma metódica e transversal, em todos os níveis e modalidades de ensino, permeando por todas as disciplinas do currículo, a fim de contextualizá-las com a realidade e a subsistência da Ilha de maneira interdisciplinar, na proposta do currículo escolar. Lopes et al. (2006) deixam claro a importância do açaí como subsistência da Ilha, contribuindo como alimentação complementar ou básica das famílias, gerando renda ao longo de toda sua cadeia produtiva.

Foi questionado se a hora pedagógica (HP) tem sido usada adequadamente, a fim de se buscar soluções quanto ao desempenho e frequência escolar dos alunos no período da safra do açaí.

“Não, pois os professores falam de tudo, menos sobre como buscar soluções para sensibilizar a família quanto a evasão e desempenho dos alunos no período da safra”.  
(nível superior, UP Combu);

“Sim, pois conversamos com o objetivo de buscar soluções para conscientizar a família que um melhor desempenho da aprendizagem depende das frequência escolar dos alunos.”  
(nível superior, UP São Benedito); e

“Na Hora pedagógica falamos de tudo um pouco,mas falta mais atenção às escolas das Ilhas, pois acabamos discutindo problemas de cunho mais urbano ,que os problemas rurais como a saída das crianças para apanhar açaí.”  
(nível superior, UP Santo Antônio).

A HP acontece uma vez por semana no âmbito escolar, sendo direcionada por um Coordenador Pedagógico (Técnico Pedagógico), que objetiva fazer um assessoramento pedagógico. É notória a visão negativa desse momento, pois não conseguem discutir sobre as especificidades escolares, sobre como sensibilizar a

família de que as crianças que saem para trabalhar na colheita do açaí apresentam um menor desempenho, pois perdem aula e quando voltam, retornam cansados e desestimulados, trazendo consequências como retenção e evasão escolar. Carvalho (2000) discorre que a família está por trás do sucesso escolar, pois a não retenção e não evasão depende do apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto dificuldades individuais, quanto deficiências escolares.

Constatou-se que no momento da HP, faz-se discussão geral a respeito do que acontece no contexto institucional, porém o que os técnicos pedagógicos dizem é que as escolas diferem de situações e problemas, porque estão localizadas em diferentes realidades sócias, econômicas e culturais. Bertolo (2008) faz essa discussão quando diz que as problemáticas questionadas durante a HP são de diversas ordens que perpassam por conteúdos inadequados, passando pelas estratégias pouco estimulantes e pelo papel desempenhado pelos agentes formadores, e finalmente, pelo distanciamento entre as temáticas abordadas e os interesses dos professores.

Quando foi perguntado se o currículo escolar elaborado pela Secretária Municipal de Educação leva em consideração a especificidade da escola que se encontra em área ambiental, foi respondido o seguinte:

“Não, pois precisamos fazer adequações a especificidade do local por ser uma APA.”  
(nível superior, UP Combú)

“Sim, pois vem com propostas voltadas para educação ambiental, já que a UP São Benedito localiza-se em uma APA.”  
(nível superior, UP São Benedito)

“Não, mas quando criamos o planejamento anual, conversamos com os docentes e fazemos adequações a realidade local.”  
(nível superior, UP Santo Antônio)

Houve controvérsias quanto às respostas sobre o currículo que apresenta uma função bem mais ampla do que as respostas dadas. O currículo não é um emaranhado de conhecimentos e informações repassadas no contexto de sala de aula, de acordo com as séries sequenciais, anos e carga horária passada para os alunos pelos professores. Deve ser muito mais que isso; é a história de vida de cada um e da comunidade em que o aluno está inserido, transcende o âmbito escolar, mas que não deixa de ter uma posição educacional. *Curriculum* é uma palavra de

origem latina e significa o curso, trajetória, a rota, caminho percorrido durante uma vida ou que se vai percorrer (PINHEIRO, 2009).

O currículo tem um poder enorme, reproduz o *status quo* vigente ou se rebela contra a proposta ideologizada do sistema. Devido ser uma invenção social, a direção escolar destoa da realidade ribeirinha, descaracterizando a cultura local que trabalha com a proposta urbana da SEMEC, fazendo com que aconteça uma “quebra de braço” entre os coordenadores da secretaria e os professores da ilha, que vivem e convivem com essa realidade tão próxima e, ao mesmo tempo, distante. Assim, são perceptíveis, nos relatos, as atitudes isoladas dos professores quanto ao conhecimento da realidade local e o conhecimento de mundo dessa comunidade.

As falas deixam claro que o currículo que é feito nas escolas é um norte para as ações pedagógicas, mesmo que essas sejam feitas a partir da perspectiva urbana. Mas é preciso reverter esse quadro, a fim de que as crianças não saiam sem entender qual é o meio de subsistência da ilha, qual a sua importância real para a comunidade, a maneira de preservar essa área que serve de moradia e que abriga uma importante biodiversidade.

Perguntou-se ao coordenador pedagógico se tem feito algumas ações para conter a ausência dos alunos na escola no período da safra do açaí.

“Não, pois os alunos frequentam a escola, porque precisam da frequência escolar para ganhar a bolsa família.”  
(nível superior, UP Combu);

“Sim, reunião com a família, pedindo ajuda quanto assiduidade dos alunos e reforço escolar em casa.”  
(nível superior, UP São Benedito); e

“Sim, sensibilizar a família mostrando que com a continuação dos estudos a criança mais tarde pode ter mobilidade social, tornando-se um adulto com emprego.”  
(nível superior, UP Santo Antônio);

É perceptível na entrevista que há contestações, quando os técnicos reproduzem o processo de neutralização da escola e fazem um discurso pretensioso, jogando a culpa do fracasso escolar e das ausências dos alunos,

somente na família. Portanto, não levam em consideração o contexto histórico e social desses alunos, que moram em área ribeirinha e trabalham com o extrativismo vegetal, para ajudar no sustento da família, colocando a incapacidade de terminar o ano letivo por algum motivo, que não perpassa somente pela situação que envolve o modo de vida e a proposta educacional.

Outros agravantes são: a falta de informação da família que, por sua vez, apresenta baixa escolaridade, e não consegue fazer um acompanhamento pedagógico do educando; a distancia da escola, devido às mudanças de endereços em decorrência do período da safra do açaí; o conhecimento passado sob forma de fatos ou textos, que não apresentam importância na vida do educando durante sua formação tanto na escola, quanto fora dela; e a suspensão das aulas no período chuvoso, porque as crianças que residem mais para o interior da ilha ficam sem condições de chegar nas UPs. Essas dificuldades têm consequências, no processo de retenção e, por conseguinte, de evasão escolar.

De acordo com Cristo (2007) por repetir o ano série/ciclo, devido ao baixo rendimento escolar, as crianças ribeirinhas recebem o título de incapazes, tornando-se um círculo vicioso e excludente que, de certa forma, banaliza a reprovação, deixando-a parecer um fato natural. Dessa maneira, os discentes frequentam a escola, até quando as famílias podem mantê-los na Instituição. Porém, quando não podem mais prescindir da sua força de trabalho, para sua manutenção, os discentes são chamados a contribuir com o rendimento familiar e a instituição escolar já não tem a mesma prioridade, ficando claro que não é fácil trabalhar no sustento familiar e conciliar a escola com o trabalho.

Glória & Mafra (2004) dizem que a permanência das crianças na escola está diretamente ligada à origem social do docente, tornando-se, assim, uma preocupação social que vai das avaliações ao currículo.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deixou evidente a lacuna que a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, em relação à falta de contextualização do currículo escolar voltado as especificidades locais às escolas da ilha. Sendo assim, fica claro que os professores ainda não sabem como trabalhar de maneira interdisciplinar quanto ao trato das questões ambientais criando situações socioeducativa sobre a EA pontual, não fazendo parte do Projeto Pedagógico da SEMEC.

Diante do que foi estudado, é perceptível que essas fragilidades minimizariam se a SEMEC criasse uma diretriz curricular específica para a região norte, principalmente para as ilhas, atendendo a especificidade de cada UP, respeitando a sazonalidade tanto climática quanto da colheita do açaí, valorizando o meio de subsistência dos ribeirinhos.

Em função de uma rotatividade muito grande de professores nas UPs, outro ponto relevante seria abrir concurso público para contratação de professores permanentes, a fim de evitar o que vem ocorrendo com os temporários que desconhecem a realidade da ilha, devido não ter tempo de se integrar à especificidade local.

Instituir o Projeto Pedagógico no início do ano letivo com os projetos socioeducativos de conservação e preservação do meio ambiente por meio de reuniões pedagógicas como espaço de reflexão crítica e coletiva a respeito da sala de aula. Criar-se-ia algo consistente, traçando-se propostas junto a SEMEC, escola-sede, UPs e as famílias da comunidade, objetivando o atendimento das particularidades da população ribeirinha.

Enfim, essas problemáticas sinalizam a importância de estudar práticas educativas que contribuam com a formação da criticidade do sujeito, valorizando o seu bem cultural, social e econômico que tem o açaí como fator de sustentabilidade.

## **6 CONCLUSÃO**

Por meio dos resultados obtidos, nas análises documentais e nas respostas dos questionários, elencou-se os problemas ambientais que corroboraram com a retenção e evasão escolar, evidenciando a área estudada como promissora para aplicação de uma Proposta Curricular diferenciada e adequada à realidade peculiar do ambiente insular.

Constatou-se que a colheita do açaí não é o único causador das crianças saírem da escola, colaboram com isso o currículo escolar voltado para realidade urbana, as doenças tropicais e a realidade sócio-econômica e educacionais.

Propõem-se uma adequação do currículo escolar à sazonalidade local, contextualizada à realidade sócio-ambiental, além da contratação de professores permanentes para as UPs. Dessa forma, espera-se que o recurso natural possa ser explorado adequadamente não se tornando um entrave para o progresso educativo e econômico da população ribeirinha da Ilha do Combu

## 7 REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ALVES, L. R. G.; PRETTO, N. Escola: Um espaço de aprendizagem sem prazer? **Revista comunicação e educação**, n. 16, 2008. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~pretto/textos/criancas.htm>>. Acesso: 12 jun. 2009.

ANDRADE, M. R.; DI PIERRO, M. C. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em perspectiva: Dados básicos para uma Avaliação**. 2003. Disponível em: <[www.bdae.org.br/dspace/bitstream/.../1/ensaio\\_introdutorio/pronera.pdf](http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/.../1/ensaio_introdutorio/pronera.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2010.

AMARAL, C; CAMPINEIRO, D; SILVEIRA, C. **Trabalho Infantil: Examinando o problema, avaliando estratégias de erradicação**, 2000. Disponível em: <[www.iets.org.br/article.php3?id\\_article=483](http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=483)>Acesso>. Acesso em: 08 mar. 2010.

AZEVEDO, J. R. **Tipologia do Sistema de Manejo de Açaizais Nativos Praticado pelos Ribeirinhos em Belém, Estado do Pará**. 2005. Dissertação (Mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2005.

BERTOLO, S. J. N. **Formação Continuada de Professores no Projeto Escola Cabana: Avanços e equívocos de um processo centrado na escola**. 2008. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/27/gt08/t0821.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt08/t0821.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2009.

BRASIL. Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[www.scribd.com/doc/917033/LDB-9-394](http://www.scribd.com/doc/917033/LDB-9-394)>. Acesso em: 05 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Superintendência da zona franca de Manaus. Potencialidades regionais: estado do Amapá. Manaus, 1999. Disponível em: <[www.suframa.gov.br/suframa\\_ex\\_superintendente.cfmr](http://www.suframa.gov.br/suframa_ex_superintendente.cfmr)>. Acesso em: 25 maio 2009.

CACCIAMALI, M. C; TATEI, F; BATISTA, N. F. **Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escolar**, 2008. Disponível em: <[www.scribd.com](http://www.scribd.com) > Research > Law>. Acesso em: 10 fev. 2010.

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de pesquisa**, n. 110, jul., 2000. Disponível em: <[www.Scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf](http://www.Scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf) > Acesso em: 07 set. 2009

CRISTO, A. C. P. **Cartografia da Educação na Amazônia Rural Ribeirinh: Estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola Escola do Município de Breves/Pará**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

DERGAN, J. M. B. **História, Memória e Natureza**: as comunidades da Ilha do Combu- Belém -PA. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2006.

EDER, K.; PESSOA, J. D.C. Considerações sobre a variação de preço do fruto de açaí. 2008. In: Congresso Brasileiro de Friticultura, 20., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: [s.n.], 2008. Disponível em: < >. Acesso em: 11 maio 2009.

EFFITING, T. R. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas**: Realidade e Desafios. Monografia (Especialização em Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável) Centro de Ciências Agrárias. Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, 2007.

EMBRAPA. **Embrapa nos biomas brasileiros**. Disponível em: < www.Scribd.com/.../A-EMBRAPA -nos- Biomas-Brasileiros- Lamina biomas>. Acesso em: 30 maio 2009.

FARIAS F. R. N; GOULARTE, C.A. **A Evasão Escolar na Escola Estadual “Felisberto Alves Carrejo”**: 1992 a 2008. Disponível em: < www.Unipaciefom.com.br/.../Fatima\_do\_Rosario\_Narciso\_Faria.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2009.

FARIAS NETO, J. T et al. **Variabilidade Genética entre duas Procedências de Açaizeiro (Euterpe Oleracea Martus)**, 2003. Disponível em: < www.Cnpf.Embrapa.br/publica/boletim/boletarqv/.../pag-97\_104.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2010.

FREIRE, J. C. S. **Juventude Ribeirinha**: Identidade e Cotidiano. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - PLADES, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

GLÓRIA, D. M. A; MAFRA, L. A. **A prática da não-retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental**: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar, 2004. Disponível em: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/.../EDP30N2\_02.PDF>. Acesso em: 15 out. 2009.

GUARIM, V. L. M. S. A Educação e a Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas de Mato Grosso, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**: ciências humanas, Belém, v. 1, n. 1, jan./ abr., 2005.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, mar., 2003.

JACOMINI, M. A. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, set./ dez., 2009.

JARDIM, M. A. G; KAGEYAMA, P. Y. Fenologia de Floração e Frutificação em população natural de açaizeiro no estuário amazônico. **Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais**, n.47, p. 62-65, maio 1999.

JARDIM, M. A; ANDERSON, A. B. Manejo de populações nativas de açaizeiro no estuário Amazônico resultados preliminares. **Boletim de Pesquisa Florestal**, Colombo, n.15, p. 1-18, dez. 1987.

LIMA, A. D; SANTOS, H. S; ARAÚJO, T. M. M. **Análise de aspecto ergonômico da colheita de açaí na Ilha do Combú**. 2008. Disponível em: <[www.abepro.org.br/.../enegep2008\\_TN\\_STP\\_072\\_518\\_12069.pdf](http://www.abepro.org.br/.../enegep2008_TN_STP_072_518_12069.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2009.

LIMA, D. **Diversidade sócio-ambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama.Pró-Várzea, 2005. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/provarzea/index.php?id\\_menu=170](http://www.ibama.gov.br/provarzea/index.php?id_menu=170)>. Acesso em: 11 maio 2009.

LOPES, M. L. B; ALMEIDA, R. S; SANTOS, M. A. S. **Sazonalidade e Ciclos de Produção e Preços do açaí comercializado no Município de Belém no período de 1995 a 2004**. 2006. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/5/884.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/5/884.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2009.

MARINHO, T. P; RIBEIRO, A. B. **Os açaizeiros de Codajás**: as especificidades do rural e do urbano nos Municípios da Calha do Rio Solimões-Amazonas, 2009. Disponível em: <[www.geografia.fflch.usp.br/inferior/.../agraria/.../Marinho\\_TP.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/.../agraria/.../Marinho_TP.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2010.

MEDEIROS, H.Q; SATO, M (Coord). Gaia natureza. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, DF, n.0, jul. 2004.

MELLO, S. S; TRAJBER, R (Coord). **Vamos Cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em Educação ambiental na escola. Brasília: UNESCO, 2007. Disponível em: <[www.mma.gov.br/educambiental](http://www.mma.gov.br/educambiental)>. Acesso em: 01 mar. 2010.

MENDES, L. S. A et al. **A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó: um estudo preliminar em contexto naturalístico**, 2008. Disponível em: <[redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/848/84806412.pdf](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/848/84806412.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2009.

NOGUEIRA et al. **A Cultura do açaí**. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1995. (Coleção Plantar, 26).

OLIVEIRA, M. S. P et al. **Cultivo do açaizeiro para produção de frutos**. 2002. Disponível em: <[www.cpatu.embrapa.br/.../2002/cultivo-do-acaizeiro-para-producao-de-frutos](http://www.cpatu.embrapa.br/.../2002/cultivo-do-acaizeiro-para-producao-de-frutos)>. Acesso em: 11 maio 2009.

OLIVEIRA, W. M. N. Açaí: *Euterpe oleracea* Mart. **Revista Eletrônica**: Informativo Técnico, Rede de Sementes da Amazônia, 2007. Disponível em: <<http://www.inpa.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

PACHECO, N. A.; BASTOS, T. X. Boletim Agrometeorológico de 2008 para Belém, PA. Belém: Embrapa Amazonia Oriental, 2009, 39 p. (Embrapa Documentos, 362). Disponível em:  
<http://www.cpatu.embrapa.br/publicações-online/documentos-1/2009/boletim-agrometereológico-de-2008-para-belem-pa>. Acesso: dem/2009.

PACHECO, N. A.; BASTOS, T. X. Boletim Agrometeorológico de 2007 para Belém, PA. Belém: Embrapa Amazonia Oriental, 2008, 39 p. (Embrapa Documentos, 362). Disponível em:  
<http://www.cpatu.embrapa.br/publicações-online/documentos-1/2009/boletim-agrometereológico-de-2007-para-belem-pa>. Acesso: dem/2008.

PACHECO, N. A.; BASTOS, T. X. Boletim Agrometeorológico de 2009 para Belém, PA. Belém: Embrapa Amazonia Oriental, 2010, 39 p. (Embrapa Documentos, 362). Disponível em:  
<http://www.cpatu.embrapa.br/publicações-online/documentos-1/2010/boletim-agrometereológico-de-2009-para-belem-pa>. Acesso: dem/2010.

PEREIRA, A. L. **Análise sobre o empreendedorismo na comunidade da Ilha do Combú (Icoaraci/Pa):** um estudo de caso. 2008. Disponível em: <artigocientifico.tebas.ghost.net/uploads/artc\_1232393767\_85.docr>. Acesso em: 15 maio 2009.

PINHEIRO, M. C. N et al. **Endemias e o Desenvolvimento da Amazônia**, 2008. Disponível em: <[www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/.../07MariaConceicao.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/.../07MariaConceicao.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2010.

PINHEIRO, M. S. D. **Currículo e seus Significados para os Sujeitos de uma Escola Ribeirinha, Multisseriada no Município de Cametá – Pará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2009.

PINTO, V. L. L. S; CRUZ, F. A. O. **Evasão Escolar uma dura realidade**, 2008. Disponível em: <[arxiv4.library.cornell.edu/pdf/0809.3677v](http://arxiv4.library.cornell.edu/pdf/0809.3677v)>. Acesso em: 23 de fev. 2010.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar:** para se pensar na inclusão escolar. 2001. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf)>. Acesso: 2 jun. 2009.

ROGEZ, H. **Açaí:** preparação, composição e melhoramento da conservação. Belém: EDUFPA, 2000.

SILVA, I. M; SILVA, F. M. **Perfil do consumidor domiciliar de açaí na região Metropolitana de Belém – PA**, 2006. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/5/1169.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/5/1169.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2009.

SILVA, M. G; TAVARES, M. G. **A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó: um estudo preliminar em contexto da Saberes locais e manejo sustentável dos recursos da floresta**. 2006. Disponível em: <[www.anppas.org.br/encontro\\_anual/.../GT3.html](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/.../GT3.html)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

SOUSA, L. A. S. Desenvolvimento de plantas jovens de açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart) plantado em área com vegetação secundária (capoeira) na localidade de Benjamin Constant, Município de Bragança, Estado do Pará, 2006. Disponível em: <<http://marte.museu-goeldi.br/zoologia/turma2004/dissertacaoLUIZAUGUSTOS.DESOUSA.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2009.

SOUZA, F. S. M; FIDELIS, G. S. F; FURTADO, R. M. S. **A Avaliação da Aprendizagem e suas Implicações no Fracasso Escolar: Evasão e Repetência**, 2006. Disponível em: <[www.fasb.edu.br/revista/index.php/conquer/article/.../68/47](http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/conquer/article/.../68/47)>. Acesso em: 10 maio 2009.

SPADA, F. C. **Um Estudo Sobre Progressão Continuada**, 2007. Disponível em: <[www.revista.inf.br/pedagogia10/pages/.../edic10-anov-art06.pdf](http://www.revista.inf.br/pedagogia10/pages/.../edic10-anov-art06.pdf)>. Acesso: 02 nov. 2009.

TELES, E; MATHIS, A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais: Estratégias de sobrevivência em comunidades Ribeirinhas no Estuário Amazônico**, 2008. Disponível em: <[www.anppas.org.br/encontro4/cd/gt7.html](http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/gt7.html)>. Acesso em: 05 jul. 2009.

VIANNA, H. M. **Evasão, repetência e rendimento escolar: a realidade do sistema educacional brasileiro**, 1991. Disponível em: <[www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/.../1101.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/.../1101.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2009.

## ANEXO I

## QUESTIONÁRIO DO CORPO DOCENTE

1-IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR.

b) DATA DO NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

c) NATURALIDADE: \_\_\_\_\_

2-2-SOBRE O PROFISSIONAL

a) É professor do ensino

Educação Infantil (     ) Fundamental Menor(     )

Fundamental Maior(     ) Ensino Médio(     )

outros? \_\_\_\_\_

b) Qual a sua formação?

Magistério(     ) Pedagogia (     )

Outras áreas do conhecimento? \_\_\_\_\_

c) Qual a instituição se formou? \_\_\_\_\_

d) Leciona desde (dia, mês, ano) \_\_\_\_\_

e) Em qual município/Ilha? \_\_\_\_\_

f) Qual a principal escola que lecionou? \_\_\_\_\_

g) Tem especialização: Sim (     ) não (     )

Em caso de afirmativo em que área? \_\_\_\_\_



**3-SOBRE A PRÁTICA DE SALA DE AULA**

a) Faz uma abordagem sobre Educação Ambiental, mesmo não sendo uma disciplina obrigatória na matriz curricular do Ensino Fundamental.

Sim(     ) Não (     )

b) É difícil manter os alunos em sala de aula com a proposta curricular urbana?

Sim (     ) não (     ).

Por quê?\_\_\_\_\_

c)Os aluno apresentam dificuldades de terminar o ano letivo?

Sim(     ) não (     ).Por quê?\_\_\_\_\_

d) Quais os meses mais complicados para as crianças freqüentarem a escola?\_\_\_\_\_Por quê?\_\_\_\_\_

e) O que mais o aluno precisa para freqüentar escola?

\_\_\_\_\_

f) Identifique dois ou mais motivos que interferem na permanência do aluno na escola?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

g) Quais as estratégias sugeridas para garantir o acesso e permanencia dos aluno na escola no período da safra do açaí?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Obs:** Todas as questões acima serão aplicadas aos professores do Ensino Fundamental e Educação Infantil na escola Municipal Silvio Nascimento(anexo) e visam analisar a safra e entressafra do açaí na Ilha do Combú Belém/Pará e suas implicações no contexto educacional

## ANEXO II

### QUESTIONÁRIO DO CORPO-TÉCNICO ADMINISTRATIVO

**Observação:** Todas as questões abaixo serão aplicadas ao Corpo Técnico Administrativo do Ensino Fundamental na escola municipal Silvio Nascimento (unidade anexa à escola) e visam analisar a safra e entressafra do açaí na Ilha do Combú Belém/Pará e suas implicações na retenção e evasão escolar de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

#### 1 IDENTIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

##### 1.1 TEMPO DE SERVIÇO NA SEMEC:

---

##### 1.2 SITUAÇÃO NA SEMEC:

- ( ) CONCURSADO
- ( ) CONTRATADO
- ( ) PRESTADOR DE SERVIÇO

##### 1.3 PASSOU POR PROGRESSÃO FUNCIONAL?

- ( ) SIM ( ) NÃO .QUAL? \_\_\_\_\_

##### 1.4 TURNOS QUE TRABALHA NA SEMEC.

- ( ) MANHÃ ( ) TARDE ( ) INTERMEDIÁRIO ( ) NOITE

##### 1.5 ESCOLARIDADE;

- ( ) ENSINO MÉDIO NORMAL
- ( ) ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

- ( ) ESTUDOS ADICIONAIS
- ( ) NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO
- ( ) NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
- ( ) ESPECIALIZAÇÃO.QUAL?\_\_\_\_\_
- ( ) OUTROS.QUAL?\_\_\_\_\_

#### 1.6 FONTES QUE UTILIZA PARA SE ATUALIZAR?

- ( ) REVISTAS?QUAIS?\_\_\_\_\_
- ( ) JORNAIS.QUAIS?\_\_\_\_\_
- ( ) LIVROS. QUAIS?\_\_\_\_\_
- ( ) OUTROS.QUAIS?\_\_\_\_\_

## 2 DADOS DA ESCOLA JUNTO AO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.

### 2.1 SUA ESCOLA POSSUI PROJETO PEGAGÓGICO?

- ( ) SIM ( ) NÃO

2.2 COMO SÃO ARTICULADOS AS PROPOSTAS DOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROJETO PEDAGÓGICO VOLTADOS PARA AÇÕES AMBIENTAIS, A FIM DE MINIMIZAR A AUSÊNCIA E MELHORAR DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2.3 QUAL É SUA FUNÇÃO NA ESCOLA?TEVE ALGUMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA TRABALHAR NA COMUNIDADE RIBEIRINHA?

---

---

---

---

2.4 O QUE PENSA DA PROGRESSÃO CONTINUADA?

---

---

---

---

---

2.5 EXISTEM CASOS DE RETENÇÃO DE ALUNOS DURANTE O ENSINO FUNDAMENTAL?

---

---

---

---

---

---

2.6 O PLANEJAMENTO ESCOLAR É VOLTADO PARA REALIDADE SÓCIO – AMBIENTAL ?

---

---

---

---

---

2.7 A HORA PEDAGÓGICA TEM SIDO USADA ADEQUADAMENTE, A FIM DE BUSCAR SOLUÇÃO QUANTO AO DESEMPENHO E FREQUENCIA ESCOLAR DOS ALUNOS NO PERÍODO DA SAFRA DO AÇAI.

---

---

---

---

---

2.8 O CURRÍCULO ESCOLAR MANDADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMEC) LEVA EM CONSIDERAÇÃO A ESPECIFICIDADE DA ESCOLA QUE SE ENCONTRA EM UMA ÁREA AMBIENTAL?

---

---

---

---

---

2.9 O CORPO TÉCNICO – ADMINISTRATIVO TEM FEITO ALGUMAS AÇÕES PARA CONTER A AUSÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA NO PERÍODO DA SAFRA DO AÇAI.

---

---

---

---

---

---

---

---

### ANEXO III



UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPG-CA

Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5000 - Bairro Itaim - 12081-010 -  
Brasil Campus de Ciências Agrárias

Fone: 12-3625-4212 - FAX: 12-3631-8004 e-mail: [ambiente@prppg.unitau.br](mailto:ambiente@prppg.unitau.br)  
<http://www.unitau.br/prppg.htm> - [www.agro.unitau.br/ppgca](http://www.agro.unitau.br/ppgca)

CNPJ – 45.176.153/0001-22

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo realizada pela Sr<sup>ª</sup>. **Roseane Rodrigues Siqueira**, aluna do Mestrado em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté (PPGCA), como dissertação de mestrado.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da dissertação ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa.

Pela natureza da pesquisa, sua participação não acarretará em quaisquer danos para sua pessoa. A seguir, damos informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação que V.S. desejar poderá ser obtido junto ao aluno pesquisador ou pelo professor orientador.

Tema da Pesquisa: **PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES À REALIDADE ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** : Influência da colheita do açaí na Ilha do Combu, Belém-PA.

Pesquisador :**Roseane Rodrigues Siqueira**

Telefone (91) 32740656/88685674

Universidade de Taubaté – Mestrado em Ciências Ambientais

E- mail :[rose.educa@yahoo.com.br](mailto:rose.educa@yahoo.com.br)

Orientador: **Prof. Dr<sup>ª</sup>.Simey Thury Vieira Fisch**

---

O presente estudo objetivou analisar a percepção dos professores sobre a diretriz curricular e as implicações que levam a evasão e a retenção escolar, a fim discutir ações que venham minimizar estes problemas nas Unidades Pedagógicas da Ilha do Combu.

Dispõe como objetivos específicos:

- Apresentar informações acerca da evasão escolar, mediante a análise das frequências escolares em relação a safra do açai.
- Identificar por meio da análise do discurso dos professores, as propostas socioeducativas relacionadas a conservação e preservação do meio ambiente.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para novembro de 2010, a dissertação contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição para consulta na Biblioteca da Universidade de Taubaté.

V.S. terá a total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Agradecemos sua participação, enfatizando que a mesma em muito contribui para a construção de um conhecimento atual na área.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Pesquisadora Roseane Rodrigues Siqueira

\_\_\_\_\_  
Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Portador do RG nº \_\_\_\_\_ autorizo a utilização, nesta  
pesquisa, dos dados por mim fornecidos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_